DIÁRIO DE NOTÍCIAS
DE SÃO PAULO

ISSN 2675-6676
R$ 6,00

www.diariodenoticias.com.br | ANO XXXIV • Nº 7469 • SÃO PAULO, SEXTA-FEIRA 03 DE SETEMBRO DE 2021 | DIRETOR RESPONSÁVEL: MÁRCIO ANTÔNIO LOPES DA COSTA

Produção industrial recua em julho e está 2,1% abaixo da pré-pandemia

Depois de uma retração de 1,5% em junho, a produção industrial caiu mais 1,3% em julho, somando recuo de 2,1% em relação ao patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) divulgada ontem, 2, pelo IBGE. Para o gerente da pesquisa, André Macedo, em linhas gerais, o comportamento de julho não é muito diferente do que já vem sendo observado ao longo do ano. Dos sete meses, houve queda em cinco. O resultado continua relacionado aos efeitos da pandemia. Em janeiro de 2021, a produção industrial chegou a ficar 3,5% acima do patamar pré-pandemia, mas depois desse mês, as restrições sanitárias maiores afetaram o processo de produção. A pesquisa mostrou também que a demanda doméstica provocou efeitos no resultado. A queda de 10,2% do setor de bebidas foi uma das influências negativas mais importantes da produção industrial de julho. Pág. 04

MEDICINA E SAÚDE

ESCLEROSE MÚLTIPLA

O QUE É
Doença do sistema nervoso central que afeta o cérebro, nervo óptico e medula espinhal

COMO OCORRE

1. Origem em disfunção do sistema imunológico
2. Há deterioração da mielina, tecido que protege fibras nervosas
3. As fibras transmitem sinais dos nervos para o cérebro e para restante do corpo
4. Lesões na mielina provocam falhas na condução nervosa
5. Sinais nervosos são bloqueados ou comprometidos. Surgem sintomas da doença

Neurônio
Condutores nervosos
Mielina
Sistema Nervoso Central
Medula Espinhal

SINTOMAS
- Desequilíbrio
- Vertigem
- Falta de coordenação
- Dor facial
- Perda da visão
- Dormência
- Perda da audição
- Dor nos braços

FONTE | ABEM
INFOGRAFFO

Inflação em SP subiu 1,44% em agosto; alta em 12 meses vai a 10,51%

Após ganho de 1,02% verificado em julho, o Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, avançou 1,44% em agosto, acelerando a inflação acumulada neste ano para 6,06%. Nos 12 meses até agosto, a alta acumulada foi de 10,51%. No mês passado, quatro dos sete componentes do IPC-Fipe subiram com mais força, liderados por- Habitação (de 1,28% em julho para 1,50%) e Alimentação (de 1,52% para 2,29%). Pág. 04

Governadores cobram posição do Senado contra ataques de Bolsonaro

(Foto: Senado)

Ao lado de Ibaneis Rocha, do DF (D), Rodrigo Pacheco diz a governadores que a democracia não é negociável.

Após uma tentativa frustrada de reunião com o presidente Bolsonaro, os governadores se reuniram ontem, 2, com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para cobrar a renovação de contratos para compra de vacinas contra a covid-19 e uma solução para a crise entre os Poderes, manifestando preocupação com os ataques de Bolsonaro às instituições. Pág. 03

(Foto: Estadão)

Randolfe e outros senadores da CPI apontam Marconny não só como lobista da Precisa Medicamentos, empresa que atuou como intermediária no contrato da vacina indiana Covaxin, mas de outros negócios irregulares no Ministério da Saúde.

CPI pede prisão coercitiva de Faria e apreensão de passaporte

O comando da CPI da Covid informou ontem, 2, que pediu a prisão coercitiva e a apreensão do passaporte do advogado Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria, apontado como intermediador da Precisa Medicamentos na venda de vacinas Covaxin ao Ministério da Saúde. Marconny faltou ao depoimento de ontem na CPI da Pandemia amparado por um atestado médico duvidoso. O médico que o atendeu informou ter desconfiado de que o paciente estivesse mentindo para obter o documento. Randolfe e outros senadores da CPI apontam Marconny não só como lobista da Precisa Medicamentos, empresa que atuou como intermediária no contrato da vacina indiana Covaxin, mas de outros negócios irregulares no Ministério da Saúde. "Marconny não é o senhor do lobby da Precisa Medicamentos. Ele é o senhor de todos os lobbies. É dele a arquitetura ideal de como burlar um processo licitatório", afirmou Randolfe. Pág. 03

CMA aprova PL que prevê remunerar produtores que preservarem florestas

(Foto: EBC)

"A Floresta em pé vale muito mais do que derrubada", diz o senador Álvaro Dias, autor do projeto.

A Comissão de Meio Ambiente da Câmara (CMA) aprovou quarta-feira, 1º, o PL 5.173/2019 que prevê a criação de um mecanismo financeiro para incentivar os produtores rurais do País a preservarem as florestas. De autoria do senador Alvaro Dias, o PL cria o programa Tesouro Verde, que permitirá que, através de um ambiente eletrônico, cidadãos e empresas possam comprar ativos ambientais de conservação de florestas nativas, chamados CAF, remunerando os produtores engajados na preservação da floresta. Pág. 07

Vendas de veículos caem 5,8% em agosto ante agosto de 2020

No menor volume para o mês em 16 anos, as vendas de veículos novos caíram 5,8% em agosto em comparação a agosto de 2020, informou a Fenabrave. Na comparação com julho, o recuo foi de 1,5%, completando, assim, o terceiro mês consecutivo de queda nos emplacamentos. O maior problema enfrentado pelo setor é a falta componentes, sobretudo eletrônicos. Pág. 04

Produção de bens de capital registrou crescimento de 0,3% em julho

Dados da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF) do IBGE mostram que a produção da indústria de bens de capital cresceu 0,3% em julho ante junho. No segmento de bens de consumo, a produção registrou queda de 0,4% no mesmo período. Na comparação com julho de 2020, houve redução de 3,5%. No acumulado em 12 meses, a produção de bens de consumo cresceu 3,8%. Pág. 04

Evangélicos e caminhoneiros ampliam convocação para atos do dia 7

Evangélicos e caminhoneiros intensificaram a convocação para os atos favoráveis ao presidente Bolsonaro programados para 7 de Setembro. A relevância do debate apoiado pelo núcleo "cristão conservador" mais do que dobrou no Twitter na última semana. Esse movimento também foi observado na categoria dos motoristas, ainda que em menor grau. Pág. 08

INDICADORES FINANCEIROS

Indicador	Valor
Salário Mínimo	R$ 1.100,00
IPCA (IBGE) - mês	0,96%
IGP-M (FGV) - mês	0,66%
IPC (FIPE) - mês	1,44%
TR pré	0,0000%
Taxa básica financeira - TBF	0,4221%
Ibovespa (pontos)	116.677
Poupança (mês)	0,24%
CDB pré 30 dias - ano	5,35%
CDB pré 90 dias - ano	6,35%
CDI acumulado - mês	0,02%
CDI anualizado	5,15%
Dólar comercial	R$ 5,1830/R$ 5,1830
Dolar turismo	R$ 5,2030/R$ 5,3730
Euro turismo	R$ 6,1530/R$ 6,1550

Talibã enfrenta crises econômica e humanitária no Afeganistão
Pág. 05

UE precisa criar força militar de reação rápida, defendem autoridades
Pág. 05

Mais de 4 bilhões de pessoas no mundo não possuem proteção social, diz OIT
Pág. 05

POLÍTICA

‘Conflito entre Poderes é tiro no pé para o governo’

O economista Armando Castelar Pinheiro avalia que a economia brasileira ainda conta com condições favoráveis para crescer em 2021, mas os conflitos políticos e as incertezas geradas por reformas em discussão no Congresso são um “tiro no pé” contra a recuperação do Produto Interno Bruto (PIB).

Em entrevista ao Estadão, Castelar afirma que o avanço da vacinação favorece o crescimento de parte do setor de serviços, que ainda está com atividade menor do que em 2019. Mas essa recuperação ocorre de forma mais turbulenta por causa da agenda política.

“A gente criou uma agenda extemporânea, por causa da política, com muito conflito entre Poderes, e por causa de uma agenda do Congresso que gerou muita incerteza. A gente deu um tiro no pé. Era para estar sendo um terceiro trimestre de sorrisos, de boas notícias, das empresas se preparando para uma recuperação cíclica”, diz Castelar, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV). “Até politicamente parece fazer pouco sentido. Seria muito melhor do ponto de vista político para o governo ter uma recuperação mais significativa da economia.”

Leia a seguir os principais trechos da entrevista:

O PIB do segundo trimestre, com -0,1%, surpreendeu?

A mensagem central de estabilidade foi confirmada. Essa era a expectativa. Foi uma queda de 0,05%, número que acaba ajustado para 0,1% quando se usa apenas uma casa decimal. No fundo é uma estabilidade.

O que explica esse resultado?

O segundo trimestre foi um período difícil porque pegou o auge da segunda onda. Durante uma época, chegou-se inclusive a ter um receio de uma queda do PIB. Nesse ambiente da segunda onda, não foi um resultado ruim. E também foi um período marcado por seca e geadas, o que acabou prejudicando o resultado da agropecuária. Se não tivesse um resultado ruim da agropecuária, o PIB poderia ter sido positivo.

O que mais lhe chamou a atenção no resultado?

O resultado mostra que o consumo das famílias ainda está retraído. Quando se olha a perspectiva mais ampla, ficou 3% abaixo de onde estava no final de 2019. Ainda não teve uma recuperação, ao contrário do PIB, que está basicamente 0,1% abaixo (de 2019). E há também uma taxa de poupança muito alta. Está em 20,9% no segundo trimestre, a maior em 22 anos. O PIB continua limitado pela pandemia, porque as pessoas não saem, e isso afeta o emprego, a renda e a capacidade de consumo das famílias. Essa é uma história contínua que se espera que seja superada com a vacinação.

E quais são as histórias novas?

Primeiro, a construção veio bem. Isso reflete muito o aumento do crédito. Os dados do Banco Central mostram um crescimento de 22% nas concessões de crédito para pessoa física, e de 6% para pessoa jurídica. Na comparação com o segundo trimestre de 2019, teve um aumento de quase 100% - 96% para pessoa jurídica e 97% para pessoa física.

Algo mais foi positivo no resultado, na sua visão?

O crescimento foi puxado por serviços. Esse é o setor que mais está sofrendo por causa do consumo das famílias mais baixo. Os dados mostram uma alta de 2,1% no segmento de “outras atividades de serviços”, uma área que pega mais de perto serviços pessoais, desde trabalho doméstico, cabeleireiro, restaurante. Essas atividades estão 7,2% abaixo do nível do fim de 2019. E as atividades de administração, defesa, saúde e educação pública estão 4,5% abaixo. É isso que está fazendo o PIB ficar ainda no nível do final de 2019.

O que o resultado indica para a recuperação da economia?

Há duas forças se posicionando para o pós-pandemia. Uma é a vacinação. Os números reforçam a importância da vacinação e da redução do número de mortes e casos (de covid-19) como uma força que vai fazer a economia melhorar pelo consumo das famílias. E, obviamente, há forças que jogam contra: uma política monetária mais restritiva (com o aumento da taxa básica de juros, a Selic), uma política fiscal que tende a ser mais restritiva no ano que vem com a redução do auxílio emergencial e os gastos que são extrateto e o aumento do risco político, que pode bater com mais força no investimento. No ano que vem, talvez a gente veja essas outras forças (negativas) mais fortes, explicando um crescimento mais baixo em 2022. O mercado hoje em dia prevê um crescimento de 2%, mas alguns já projetam 1,5%.

Os riscos político e fiscal preocupam os mercados.

A gente ainda está dando muito tiro no pé. Este terceiro trimestre era para ser um trimestre de otimismo, de uma recuperação mais forte. E a gente criou uma agenda extemporânea, muito por causa da política, com conflito entre Poderes, e que agora atrai o meio empresarial, e por causa de uma agenda do Congresso que gerou muita incerteza. A gente deu um tiro do pé. Era para ter sido um terceiro trimestre de sorrisos, de boas notícias, das empresas se preparando para uma recuperação cíclica. Quando se olham esses setores que estão muito abaixo de 2019, o efeito da vacinação pode trazer um ganho fácil de recuperação. Mas a gente está fazendo de uma forma mais difícil. É difícil explicar por que a gente fez isso. Até politicamente parece fazer pouco sentido. Seria muito melhor do ponto de vista político para o governo ter uma recuperação mais significativa da economia. Mas continuo acreditando (numa recuperação). Estou mais otimista do que a mediana do mercado.

Câmara rejeita destaque da isenção de nova incidência de IRRF em lucro tributado

(Foto: Divulgação)

O plenário da Câmara dos Deputados rejeitou, por 289 a 153, uma mudança no texto da reforma do Imposto de Renda que manteria isentos da tributação sobre dividendos os lucros já tributados com as alíquotas atuais de IRPJ e CSLL, somando 34%. A medida poderia impactar ainda mais a arrecadação do governo e, por isso, representou uma vitória da equipe econômica. Segundo o relator, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), o impacto poderia ser superior a R$ 100 bilhões.

Na prática, os lucros apurados até 31 de dezembro de 2021 e que forem pagos ou creditados até 31 de dezembro de 2022 a pessoas físicas ou jurídicas ficariam isentos da alíquota de IR sobre dividendos, hoje aprovada pelos deputados em 15%.

Os defensores do destaque argumentaram que, caso os dividendos distribuídos a partir de lucros acumulados sejam taxados, haveria “bitributação”.

Vice-líder do PSD na Câmara, Marco Bertaiolli (SP) disse que o Congresso não poderia permitir “tributar o passado”, sob pena de gerar insegurança jurídica. “Estamos dando apenas 12 meses para que empresas possam se capitalizar e pagar os dividendos dos lucros do passado”, afirmou.

O deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), primeiro vice-líder do partido na Casa, também citou o risco de judicialização. “Para evitar isso, lucros já tributados em 34% não podem ser tributados em mais 15%”, afirmou.

Sabino refutou os argumentos e ressaltou que IRPJ e IR sobre dividendos distribuídos à pessoa física são aplicados sobre fatos geradores, contribuintes e bases de cálculo diferentes. Por isso, a aplicação dos 15% sobre dividendos distribuídos a partir de lucros já tributados não significaria dupla cobrança.

O relator também chamou atenção para o “risco orçamentário”. Ele citou dados da Receita Federal para afirmar que há hoje R$ 1,7 trilhão em lucros acumulados nas empresas.

“Permitir que esses lucros possam ser distribuídos pelos próximos anos de forma indistinta e isentos causará um prejuízo de mais de R$ 100 bilhões”, afirmou. “Se aprovarmos esse destaque, ficaremos mais uns cinco anos sem arrecadar sobre dividendos. As empresas vão optar por distribuir o que está acumulado. Isso vai contra nossa responsabilidade orçamentária”, disse Sabino.

CPI pede condução coercitiva de Marconny Faria, que ainda não apareceu para depor

(Foto: Senado)

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, teve mais um dia de agenda incerta de oitivas. O colegiado se preparou para ouvir na última quinta-feira, 2, Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria, apontado como intermediador da Precisa Medicamentos para a venda de vacinas Covaxin ao Ministério da Saúde. Apesar dos advogados de Marconny já estarem presentes na CPI, a informação da secretaria do colegiado é de que o depoente ainda não compareceu ao Senado.

Diante da incerteza sobre a participação, o presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), assinou uma “condução coercitiva” do lobista para que a Polícia Legislativa do Senado vá atrás de Marconny.

De acordo com a secretaria do colegiado, “tudo indica” que Marconny irá comparecer ao Senado, mas caso ele falte, a cúpula da CPI já se movimenta para uma reunião ainda hoje para substituir o depoimento. Um dos nomes pode ser o do ex-secretário de saúde do Distrito Federal Francisco Araújo Filho.

Na quarta-feira, o depoimento de Marconny chegou a ser adiado após o representante ter apresentado um atestado médico pedindo para que a audiência fosse protelada. Entretanto, segundo o vice-presidente do colegiado Randolfe Rodrigues (Rede-AP), um médico entrou em contato com a cúpula da CPI para informar que notou “simulação” por parte do paciente, e que, por esta razão, gostaria de cancelar a justificativa médica. De acordo com Randolfe, o médico também se comprometeu a enviar maiores explicações.

CPI ouve o ex-secretário de Saúde do Distrito Federal Francisco Araújo Filho

Após uma troca na agenda de depoentes, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid iniciou na tarde de ontem (2), a oitiva do ex-secretário de Saúde do Distrito Federal Francisco Araújo Filho.

Francisco foi preso em agosto de 2020 durante a Operação Falso Negativo. A investigação abarcou ilicitudes na aquisição de testes rápidos para detecção da covid-19 para a rede pública de saúde local.

O depoente optou por não fazer o juramento de dizer a verdade ao responder todos os questionamentos dos senadores, e disse que vai seguir os limites do habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Na bateria de perguntas iniciais do relator da CPI, senador Renan Calheiros (MDB-AL), Francisco declarou que foi convidado pelo próprio governador de Brasília, Ibaneis Rocha (MDB), para assumir o cargo de secretário de saúde, alegando ter sido indicado ao cargo de forma técnica.

O ex-secretário também negou ter conhecido outros personagens que estão na mira da CPI, como o líder do governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), e descartou ter qualquer relação com o Partido Progressista, embora conheça pessoas da sigla.

Se Marconny não for localizado, Randolfe diz que irá pedir sua prisão preventiva

(Foto: Senado)

Omar (C): “Queremos saber do doutor em que exame ele se baseou para dar 20 dias de folga para o cara”.

O vice-presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou no dia de ontem (2), que, se Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria, apontado como intermediador da Precisa Medicamentos para a venda de vacinas Covaxin ao Ministério da Saúde, não for localizado para ser conduzido ao depoimento marcado para hoje no colegiado, será requisitada a prisão preventiva do depoente. Randolfe ressaltou que o pedido de prisão foi feito por ele, não sendo ainda uma posição do colegiado. A CPI já pediu condução coercitiva de Marconny Faria.

“A consequência direta da decretação de prisão preventiva, que pode e deverá ser requisitada à Justiça Federal, é a comunicação à Interpol para uma eventual evasão desse senhor do território nacional”, disse Randolfe, em entrevista coletiva ao chegar ao Senado.

“Acredito que nós temos que perseguir o Marconny, literalmente, no termo de persecução criminal”, emendou o senador.

De acordo com a secretaria da CPI, advogados de Marconny Faria já estão presentes no colegiado, porém o depoente ainda não foi localizado para poder confirmar sua oitiva. No lugar dele, a cúpula da CPI pode decidir ouvir o ex-secretário de saúde do Distrito Federal Francisco Araújo Filho.

Randolfe, apesar de não descartar a hipótese de ouvir o ex-secretário, enfatizou que o plano da CPI de hoje é ouvir Marconny, “o senhor de todos os lobbies com atuação direta no Ministério da Saúde”, afirmou.

Na quarta-feira, o depoimento de Marconny à CPI chegou a ser adiado após o representante ter apresentado um atestado médico pedindo para que a audiência fosse protelada. Randolfe disse, porém, que um médico entrou em contato com a cúpula da CPI para informar que notou “simulação” por parte do paciente.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS

Marcio Antonio Lopes da Costa
Diretor

Marcos Henrique
Comercial

www.diariodenoticias.com.br
site

Amaury Marques
Administração

Elaine Fernandes
Financeiro

Valter Lana
Editor responsável

redacao@diariodenoticias.com.br
e-mail

Contato: 55 11 5584-0035
marcio@diariodenoticias.com.br

Periodicidade: DIÁRIA

AMS EDITORA LTDA
Av. Nove de Julho, 4939 - cj. 76 B
Jd. Paulista - Cep. 01407-200
CNPJ nº 00.559.976/0001-07
São Paulo - SP

Administração:
Rua Samuel Morse, 120, cj. 81
Cidade Monções - Cep. 04576-060
São Paulo - SP

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

POLÍTICA

CPI vai pedir prisão preventiva e apreensão de passaporte de Marconny Faria

O advogado Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria faltou ao depoimento de ontem, 2, na CPI da Pandemia, e o comando da comissão de inquérito informou que vai pedir a prisão preventiva e a apreensão do passaporte para evitar que ele fuja do Brasil.

Marconny Faria chegou a apresentar um atestado para não comparecer. Mas na quarta-feira (1), de acordo com o presidente Omar Aziz (PSD-AM), o médico que o atendeu entrou em contato para informar ter desconfiado de que o paciente estivesse mentindo.

Diante disso, o profissional de saúde iria avaliar com o departamento jurídico do Hospital Sírio-Libanês a possibilidade de cancelar o atestado.

- O Marconny pode ter ido lá pedir um atestado sem citar a CPI. O médico disse que forneceu 20 dias só para fins laborais. Não quero aqui julgar o médico, mas um trabalhador comum pode estar morrendo que nunca vai ter 20 dias de folga. Queremos saber do doutor em que exame ele se baseou para dar 20 dias de folga para o cara. Espero que tenhamos uma resposta - afirmou Omar.

(Foto: Senado)

Omar (C): "Queremos saber do doutor em que exame ele se baseou para dar 20 dias de folga para o cara".

'Senhor dos lobbies' - O vice-presidente, Randolfe Rodrigues (Rede-AP), disse que, desde quarta-feira (1º), a Polícia do Senado está à procura da testemunha e já estava determinada a escolta policial para que ela comparecesse ao Senado. Randolfe e outros senadores da CPI apontam Marconny não só como lobista da Precisa Medicamentos, empresa que atuou como intermediária no contrato da vacina indiana Covaxin, mas de outros negócios irregulares no Ministério da Saúde. - Marconny não é o senhor do lobby da Precisa Medicamentos. Ele é o senhor de todos os lobbies. É dele a arquitetura ideal de como burlar um processo licitatório - afirmou Ranfolfe.

Em reunião com Pacheco, governadores cobram renovação de compra de vacinas

Em uma reunião com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), ontem, 2, governadores cobraram a renovação de contratos para compra de vacinas contra a covid-19 e uma solução para a crise entre os Poderes, manifestando preocupação com ataques do presidente Jair Bolsonaro às instituições. A conversa com Pacheco ocorreu após uma tentativa frustrada de reunião com o presidente Jair Bolsonaro. Em meio a movimentos para a eleição presidencial de 2022, o presidente do Senado se colocou como um intermediador da demanda dos Estados. "Não é possível se interromper o diálogo com nenhum dos Poderes, com nenhuma das instituições e não ouvir os governadores dos Estados e do Distrito Federal", disse o senador após a reunião.

Por intermédio de Pacheco, os governadores decidiram elaborar uma nota técnica e cobrar do Ministério da Saúde a renovação de contratos de compra de vacinas no âmbito do Plano Nacional de Imunização (PNI).

"Queremos evitar uma corrida de Estados e municípios atrás de vacinas dentro desses contratos", disse o governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB). "A ideia é que possamos até outubro avançar bem, para não ter problema na relação com outros países por conta da pandemia, e também até o fim do ano alcançarmos a imunização plena, o controle do coronavírus", afirmou o governador do Piauí, Wellington Dias (PT).

Eleições: Lula venceria Bolsonaro no 2º turno com 55% contra 30%, diz PoderData

Na corrida pelo Palácio do Planalto, nas eleições gerais de 2022, o ex-presidente Lula venceria, no segundo turno, o atual chefe do Executivo, Jair Bolsonaro, com 55% contra 30%, mostra levantamento feito pelo PoderData, divisão de estudos estatísticos do jornal digital Poder360, divulgado na quarta-feira (1º). A distância de 25 pontos porcentuais é a maior registrada até agora pela pesquisa.

O ex-presidente levaria a vitória em todos os cenários possíveis de segundo turno, enquanto Bolsonaro seria derrotado em todas as especulações. Contra o governador paulista João Doria (PSDB), o petista ganharia com 50% contra 18%, enquanto Bolsonaro perderia de 32% contra 39%. A pesquisa também compara Lula e Bolsonaro com o apresentador José Luiz Datena. Na disputa entre o ex-presidente e o apresentador, Lula seria vitorioso com 54% contra 17%, enquanto que Bolsonaro iria perder com 32% contra 33%.

O ex-ministro e ex-governador do Ceará Ciro Gomes (PDT) também ganharia de Bolsonaro numa simulação de segundo turno, com 41% contra 37%. O levantamento, no entanto, não desenha um cenário entre Lula e Ciro.

Primeiro turno - A novidade da pesquisa de setembro foi a inclusão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), como possível candidato ao pleito.

Bolsonaro sanciona lei que derruba LSN, mas veta criminzalização de fake news

(Foto: EBC)

O presidente Jair Bolsonaro sancionou com vetos a Lei nº 14.197/2021 que revoga a Lei de Segurança Nacional (LSN), remanescente da ditadura militar. Criada em 1983 e pouco aplicada após a Constituição de 1988, a LSN voltou a ser usada com maior frequência pelo atual governo. Conforme o Estadão mostrou em março passado, foram 77 inquéritos abertos pela Polícia Federal (PF) com base na legislação entre 2019 e 2020 - aumento de 285% em relação aos governos anteriores.

O texto sancionado por Bolsonaro foi aprovado pelo Senado no último dia 10 de agosto. Três décadas decorreram entre a apresentação do projeto de lei de revogação, em 1991, e a aprovação pela Câmara dos Deputados, em maio deste ano.

Além de revogar a LSN, a proposta aprovada pelos parlamentares acrescenta artigos ao Código Penal para definir crimes contra o Estado Democrático de Direito. Na publicação feita no Diário Oficial da União ontem, 2, quatro artigos foram vetados pelo presidente.

Bolsonaro vetou integralmente o capítulo relativo aos crimes contra a cidadania e dois artigos do capítulo relativo a crimes contra o funcionamento das instituições democráticas no processo eleitoral.

Com isso, foram vetados os dispositivos que criminalizam a comunicação enganosa em massa e o atentado ao direito de manifestação.

Também foi vetado o dispositivo que prevê ação penal privada subsidiária, "de iniciativa de partido político com representação no Congresso Nacional", nos casos em que o Ministério Público não atuar no prazo estabelecido em lei, "oferecendo a denúncia ou ordenando o arquivamento do inquérito", para os crimes de interrupção do processo eleitoral, violência política e comunicação enganosa em massa.

Assim como o dispositivo que prevê aumento de pena se os crimes listados pela legislação forem cometidos por funcionários públicos ou militares, ou ainda com "violência ou grave ameaça exercidas com emprego de arma de fogo."

CPI divulga áudio de Marconny; Aziz suspende reunião e convoca senadores

Sem depoente, reunião da CPI da Covid começou na últma quinta-feira (2) com a divulgação de um áudio de Marconny Faria enviado à advogada do presidente Jair Bolsonaro, Karina Kufa, outra pessoa que está na mira da CPI. Faria é apontado como intermediador da Precisa Medicamentos para a venda de vacinas Covaxin ao Ministério da Saúde. Após a divulgação do áudio, o presidente da comissão, senador Omar Aziz (PSD-AM), suspendeu a reunião por dez minutos e chamou os senadores à mesa.

O senador Marco Rogério (DEM-RO), membro governista da CPI, chegou a questionar a origem da prova apresentada, e Aziz concordou ser necessário saber o contexto do áudio.

De acordo com presidente da comissão, devido a uma dificuldade da secretaria da mesa dado ao grande volume de informação em mãos do colegiado, era necessário interromper a reunião.

O áudio em questão seria do dia 25 de maio do ano passado. Na ocasião, Karina teria dado um jantar em que o empresário José Ricardo Santana - que já prestou depoimento à CPI - teria conhecido o lobista Marconny Faria. Juntos, eles enviaram ao Ministério da Saúde um suposto "passo a passo" de como fraudar licitações para favorecer a Precisa.

Polícia Legislativa está 'no encalço' de Marconny Faria, diz Aziz

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Covid iniciou por volta das 11h da última quinta-feira (2) a reunião que deveu ouvir Marconny Nunes Ribeiro Albernaz de Faria, apontado como intermediador da Precisa Medicamentos para a venda de vacinas Covaxin ao Ministério da Saúde. O início da reunião ocorre sem a presença do depoente, que ainda não foi localizado pela CPI. Segundo o presidente do colegiado, senador Omar Aziz (PSD-AM), a Polícia Legislativa do Senado já está no "encalço" de Faria para que ele seja conduzido à Casa e preste seu depoimento ainda hoje

Aziz também informou que entrou em contato com a diretoria do hospital Sírio Libanês de São Paulo para confrontar a autenticidade do atestado médico oferecido ao empresário Marcos Tolentino, suposto integrante do esquema de favorecimento da Precisa na Saúde, que também já deveria ter sido ouvido pela CPI Aziz colocou em xeque a autenticidade do atestado, assim como fez com a autenticidade do atestado oferecido à Marconny Faria ontem após o médico responsável pelo documento entrar em contato com a cúpula da CPI para informar que notou "simulação" por parte do paciente.

(Foto: Senado)

O plano B da CPI, para o caso de Marconny não comparecer à CPI, seria ouvir o ex-secretário de saúde do Distrito Federal Francisco Araújo Filho, que já está presente no Senado e disposto a prestar depoimento à comissão.

O vice-presidente da comissão, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou que, se Faria não for localizado para ser conduzido ao depoimento, será requisitada sua prisão preventiva. De acordo com o senador, a CPI tem informações de que Marconny poderia estar tentando sair do País, e a medida seria uma maneira de impedir sua evasão.

Câmara reduz de 20% para 15% cobrança sobre lucros e dividendos em reforma

A Câmara dos Deputados reduziu na última quinta-feira, (2), de 20% para 15%, a taxação sobre lucros e dividendos com a aprovação de um destaque (pedido de sugestão) ao texto-base da reforma do Imposto de Renda que tinha recebido o aval na noite de quarta-feira.

Os dividendos são isentos de impostos no Brasil desde 1995. A mudança é uma das bandeiras da oposição. Ficam isentos da cobrança os lucros e dividendos distribuídos por empresas que estão no Simples Nacional e por empresas optantes do regime de lucro presumido que faturam até R$ 4,8 milhões.

Até mais cedo nesta quinta eram 26 destaques protocolados, mas, segundo o líder do governo Ricardo Barros (Progressistas-PR), esse número deve cair para 14, já que partidos irão retirar os pedidos.

O projeto foi enviado em junho pelo governo ao Congresso como parte da reforma tributária. Para as pessoas físicas, as principais mudanças são o reajuste na tabela do IR e a ampliação da faixa de isenção. O relator da matéria, deputado Celso Sabino (PSDB-PA), atendeu a demandas de deputados para chegar a um consenso - como a retirada do limite de renda de quem pode fazer declaração simplificada do Imposto de Renda.

O primeiro destaque em votação nesta quinta-feira foi um pedido do Novo para isentar de tributação dividendos acumulados, apelidado pela líder do PSOL, Talíria Petrone (RJ), de "destaque da Faria Lima". Sabino afirmou que essa alteração teria um impacto de R$ 100 bilhões aos cofres públicos. O destaque foi rejeitado por 300 votos contrários e 51 a favor.

Oura mudança que também foi vetada foi a sugestão do PT para ampliar de 20% para 25% a taxação cobrada sobre lucros e dividendos. O placar foi de 295 a 110. A Câmara também rejeitou, por 294 a 113 votos, uma mudança no texto para instituir uma alíquota progressiva a ser cobrada sobre tributos e dividendos distribuídos à pessoa física. Hoje, esses rendimentos são isentos de IR, mas a reforma propõe cobrar 20%.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

ECONOMIA

> POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Bens de consumo	-0,4%
Duráveis	-2,7%
Bens de capital	0,3%
Semi e não-duráveis	0,2%
Bens intermediários	-0,6%

> Frente a julho de 2020, a indústria **avançou 1,2%**

> ACUMULADO

Em 12 meses	7,0%
No ano	11,0%

FONTE IBGE ® INFOGRAFFO

IBGE: indústria recua 1,3% em julho; abaixo do período pré-pandemia

A produção industrial recuou 1,3% em julho. É o segundo resultado negativo consecutivo, acumulando com o mês anterior perda de 1,5%, após alta de 1,2% em maio.

Com a queda de julho, a produção industrial ficou 2,1% abaixo do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

Em relação a julho de 2020, houve avanço de 1,2%, sendo a décima primeira taxa positiva consecutiva nessa comparação.

No ano, o setor registra alta de 11% e, em doze meses, de 7%. Os números são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada ontem (2) pelo IBGE.

Para o gerente da pesquisa, André Macedo, em linhas gerais, o comportamento de julho não é muito diferente do que já vem sendo observado ao longo do ano.

Dos sete meses, houve queda em cinco. Macedo acrescentou que o resultado continua relacionado aos efeitos da pandemia da covid-19.

Segundo o gerente, em janeiro de 2021, a produção industrial chegou a ficar 3,5% acima do patamar pré-pandemia, mas depois desse mês, ainda no início do ano, houve fechamento e restrições sanitárias maiores em determinadas localidades que afetaram o processo de produção.

(Foto: EBC)

Para o gerente da pesquisa, André Macedo, em linhas gerais, o comportamento de julho não é muito diferente do que já vem sendo observado ao longo do ano. Dos sete meses, houve queda em cinco.

"Com o avanço da vacinação e a flexibilização das restrições, a produção industrial agora sente os efeitos do encarecimento do custo e do desarranjo de toda cadeia produtiva", afirmou. A pesquisa mostrou também que a demanda doméstica provocou efeitos no resultado.

A queda de 10,2% do setor de bebidas, foi uma das influências negativas mais importantes da produção industrial de julho. O recuo deste setor no mês, interrompeu três meses de altas consecutivas, quando acumulou 11,7%.

O setor de produtos alimentícios registrou retração de 1,8% e foi mais um que pressionou o resultado. Esta foi a segunda queda seguida, acumulando perda de 3,8%.

No pior agosto em 16 anos, vendas de veículos caem 5,8%, revela Fenabrave

As vendas de veículos novos caíram 5,8% no mês passado contra agosto de 2020, chegando ao menor volume para o mês em 16 anos como reflexo da falta de carros nas concessionárias. No total, 172,8 mil unidades foram vendidas, entre carros de passeio, utilitários leves, como picapes e vans, caminhões e ônibus, segundo balanço divulgado pela Fenabrave.

Na comparação com julho, o recuo foi de 1,5%, completando, assim, o terceiro mês consecutivo de queda nos emplacamentos.

Desde agosto de 2005, quando as vendas somaram 151,6 mil unidades, não se registrava volume tão baixo para o mês.

No acumulado desde o início do ano, as vendas chegaram a 1,42 milhão de veículos no mês passado, 21,9% a mais do que no mesmo período de 2020. A base de comparação, contudo, é fraca, já que o comércio de automóveis teve de ser suspenso na chegada da pandemia ao País.

O problema agora é a falta componentes, sobretudo eletrônicos, que paralisa linhas de montagem e provoca, como consequência, falta de carros nas concessionárias.

Ao comentar o resultado, o presidente da Fenabrave, Alarico Assumpção Júnior, disse que o ritmo de vendas está sendo ditado pela capacidade de entrega das montadoras. "Parte dos veículos registrados em agosto são vendas realizadas em julho. Este prazo de entrega se tornou mais longo por conta das dificuldades da indústria", comentou.

Líder do mercado, a Fiat teve 23,1% das vendas acumuladas desde janeiro em automóveis e comerciais leves. Na sequência, aparecem Volkswagen, com 15,5% do mercado, General Motors (10,8%) e Hyundai (9,4%).

Guedes, sobre Eletrobras: jabutis maiores foram removidos, tartaruguinhas ficaram

(Foto: EBC)

O ministro da Economia, Paulo Guedes, admitiu quarta-feira, 1º, que o projeto de privatização da Eletrobras foi aprovado com algumas "tartaruguinhas" inseridas pelos parlamentares, embora "jabutis" maiores tenham sido removidos do texto. Jabuti é o nome dado a matérias estranhas ao texto, muitas vezes inseridos por parlamentares para assegurar vantagens a setores aliados ou a seus redutos eleitorais.

A uma plateia de parlamentares e empresários, Guedes disse que a privatização da Eletrobras foi positiva para o governo, apesar das críticas. "Não vou dizer que foi a melhor do mundo, mas foi bem longe do que estão falando aí", disse. "Fiquei até um pouco triste, não foi um apoio tão grande quanto esperávamos", afirmou o ministro.

Para Guedes, foi mantido no texto aquilo que é "razoável, digerível, compreensível", diante da legitimidade de parlamentares para "defender suas regiões".

"Todo jabuti que tinha mais de 20 centímetros foi removido. As tartaruguinhas ficaram", disse. Segundo ele, o governo calcula que obterá, ao final do processo de privatização, R$ 100 bilhões, mas não detalhou a origem do número.

Uma das "tartaruguinhas" que ficaram no texto seria a previsão de recursos para a revitalização do rio São Francisco. Um fundo para esse fim receberá R$ 350 milhões anuais durante uma década.

"Todo mundo se beneficia da transposição do São Francisco, mas e a nascente? A revitalização do São Francisco é o tipo do jabuti de 10 cm, não faz mal passar", sentenciou Guedes.

O ministro reconheceu que o mais apropriado seria vender a empresa, abater dívida pública, reduzir juros e liberar espaço no Orçamento para então investir na revitalização. "Mas a política não espera", afirmou.

Ele também defendeu outro ponto da lei, que impôs a obrigação de o governo contratar termelétricas a gás natural, mesmo em locais onde não há reservas nem gasodutos e que são exportadoras de energia - nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além do Triângulo Mineiro.

O preço da energia deve ser de, no máximo, R$ 300 por megawatt-hora (MWh), o que pode tornar os projetos inviáveis. No entanto, há diversas iniciativas no Congresso que tentam embutir o custo dos gasodutos nas tarifas de energia, um subsídio cruzado para reduzir artificialmente o preço das usinas, repassando todo o custo para o consumidor.

IPC-Fipe sobe 1,44% em agosto e inflação acumulada em 2021 chega a 6,06%

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC), que mede a inflação na cidade de São Paulo, subiu 1,44% em agosto, acelerando frente ao ganho de 1,02% verificado em julho e também em relação à alta de 1,40% registrada na terceira quadrissemana do mês passado, segundo dados publicados ontem, 2, pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe).

O resultado de agosto ficou dentro das estimativas de oito instituições de mercado consultadas pelo Projeções Broadcast, que iam de alta de 1,37% a 1,68%, e um pouco acima da mediana, de 1,42%.

Entre janeiro e agosto, o IPC-Fipe acumulou inflação de 6,06%. Nos 12 meses até agosto, a alta acumulada foi de 10,51%.

No último mês, quatro dos sete componentes do IPC-Fipe subiram com mais força: Habitação (de 1,28% em julho para 1,50% em agosto), Alimentação (de 1,52% para 2,29%), Transportes (de 0,79% para 1,25%) e Despesas Pessoais (de 0,69% para 1,61%).

Por outro lado, houve desaceleração dos itens Vestuário (de 0,38% em julho para 0,11% em agosto) e Educação (de 0,20% para 0,04%). Saúde, por sua vez, migrou para deflação (de 0,18% para -0,04%) de um mês para o outro.

Veja abaixo como ficaram os componentes do IPC-Fipe no mês de agosto:

- Habitação: 1,50%
- Alimentação: 2,29%
- Transportes: 1,25%
- Despesas Pessoais: 1,61%
- Saúde: -0,04%
- Vestuário: 0,11%
- Educação: 0,04%
- Índice Geral: 1,44%

Produção de bens de capital sobe 0,3% em julho ante junho, afirma IBGE

A produção da indústria de bens de capital cresceu 0,3% em julho ante junho, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ontem, 2. Na comparação com julho de 2020, o indicador avançou 33,1%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF). No acumulado em 12 meses, houve elevação de 25,2% na produção de bens de capital. Em relação aos bens de consumo, a produção registrou queda de 0,4% na passagem de junho para julho. Na comparação com julho de 2020, houve redução de 3,5%. No acumulado em 12 meses, a produção de bens de consumo cresceu 3,8%. Na categoria de bens de consumo duráveis, a produção recuou 2,7% em julho ante junho. Em relação a julho de 2020, houve queda de 10,3%. Em 12 meses, a produção subiu 12,6%. Entre os semiduráveis e os não duráveis, houve elevação de 0,2% na produção em julho ante junho. Na comparação com julho do ano anterior, a produção caiu 1,9%. A taxa em 12 meses ficou positiva em 1,7%. Para os bens intermediários, o IBGE informou que a produção caiu 0,6% em julho ante junho. Em relação a julho do ano passado, houve uma alta de 0,2%. No acumulado em 12 meses, os bens intermediários tiveram alta de 7,0%. O índice de Média Móvel Trimestral da indústria registrou queda de 0,1% em julho.

Silva e Luna 'militariza' cúpula da Petrobras

Em meio à disparada dos preços dos combustíveis no País e às benesses concedidas pelo presidente Jair Bolsonaro aos caminhoneiros, como o subsídio para o óleo diesel, uma mudança significativa ocorrida na cúpula da Petrobras passou praticamente despercebida pelo público.

Sem alarde, o general Joaquim Silva e Luna, presidente da companhia, recheou a sua assessoria com colegas da caserna, em linha com a "militarização" ocorrida em outras estatais e na administração direta federal desde o início do atual governo, em 2019.

Segundo apurou o Estadão, Silva e Luna já contratou pelo menos seis militares para atuar em postos de apoio à presidência da Petrobras e da Transpetro, a maior subsidiária da estatal, desde que assumiu o comando, em meados de abril, em substituição ao economista Roberto Castello Branco, defenestrado por Bolsonaro por se opor a interferências no preço do diesel e até por trabalhar em home office na pandemia.

Com as novas contratações, o número de oficiais abrigados na cúpula da empresa chega a pelo menos dez, incluindo o próprio Silva e Luna, mais do que o triplo do que havia na gestão anterior.

Terceiro mandato - Fazem parte da lista de novatos o coronel Ricardo Pereira de Araújo Bezerra, o major Ângelo Martins Denicoli e os capitães Luiz Sérgio Mendes e Arceli Pedrozo de Oliveira, contratados como assessores da presidência, além do coronel Jorge Ricardo Áureo Ferreira, chefe de gabinete de Silva e Luna. O sexto integrante do grupo é o almirante Ilques Barbosa Júnior, alocado como assessor da presidência da Transpetro, voltada às operações de importação e exportação de petróleo e produtos derivados, gás e etanol.

A nova tropa se une a outros três militares abrigados na direção da estatal desde os tempos de Castello Branco, por indicação do próprio Bolsonaro, que continuam em seus cargos - o almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que teve seu nome aprovado em assembleia de acionistas realizada na semana passada para seu terceiro mandato como presidente do conselho de administração, o capitão-tenente Carlos Victor Guerra Nagem, contratado para a assessoria da presidência com salário de R$ 55 mil por mês, e o coronel Ricardo Silva Marques, que assumiu a gerência executiva de Inteligência e Segurança Corporativa.

Discurso pró-mercado continua, mas na prática é diferente

Nos quatro meses e meio em que está à frente da Petrobras, o general Joaquim Silva e Luna não promoveu um movimento disruptivo em relação às diretrizes adotadas na gestão do economista Roberto Castello Branco.

Mas, ainda que oficialmente a Petrobras continue a usar as cotações do petróleo importado, acrescidas do custo do frete e das taxas portuárias, como base para a definição dos preços dos combustíveis no País, os reajustes estão ocorrendo de forma mais espaçada do que antes.

Pode parecer algo estranho, em meio à escalada de preços observada nos últimos tempos, mas é o que está acontecendo, de acordo com um ex-executivo da companhia que acompanha o assunto de perto. Isso acaba levando a Petrobras a absorver, entre um reajuste e outro, variações ocorridas nos preços do petróleo importado, em prejuízo de seus acionistas.

O mesmo se pode dizer sobre a privatização das refinarias da empresa, que foi bem encaminhada pela gestão anterior, segundo o ex-executivo ouvido pelo Estadão. Embora a Petrobras informe que "continua comprometida" com a venda, falta liderança para "empurrar" o processo e enfrentar a resistência da corporação.

Há também insegurança de potenciais compradores em relação à política de preços praticada pela companhia, por mais que ela reforce a disposição de manter a paridade com as cotações externas.

Na semana passada, a Petrobras até anunciou a venda da refinaria Isaac Sabá (REMAN), localizada em Manaus, por US$ 189,5 milhões (R$ 985,4 milhões), e reafirmou a intenção de se desfazer de outras quatro refinarias ainda este ano, conforme cronograma definido no aditivo ao Termo de Compromisso de Cessão (TCC) firmado com o Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica).

Mas, ao mesmo tempo, a empresa informou que os investidores interessados na compra da refinaria Abreu e Lima (RNEST), em Pernambuco, cuja construção custou R$ 20 bilhões, um recorde mundial, desistiram do negócio.

Balança comercial tem superávit de US$ 7,665 bilhões em agosto

A balança comercial brasileira registrou superávit de US$ 7,665 bilhões em agosto, com crescimento nas exportações e importações sobre agosto de 2020. Os dados foram divulgados pela Secretaria de Comércio Exterior, do Ministério da Economia.

O superávit em agosto é o maior para o mês da série histórica, que tem início em 1989.

No mês passado, a corrente de comércio (soma das exportações e importações) avançou 54%. As exportações somaram US$ 27,212 bilhões, uma alta de 49,2% ante agosto de 2020. Já as importações chegaram a US$ 19,547 bilhões, um avanço de 61,1% na mesma comparação.

Na quarta semana de agosto (23 a 29), o saldo comercial foi de superávit de US$ US$ 1,583 bilhão. Na quinta semana de agosto (30 e 31). De janeiro a agosto, a balança comercial acumula superávit de US$ 52,033 bilhões. O valor é 45,7% maior do que o mesmo período do ano passado. Houve um aumento de 37,3 % nas exportações e de 34,4% nas importações do período.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

INTERNACIONAL

Talibã enfrenta crises econômica e humanitária no Afeganistão

O Talibã enfrenta dificuldades para manter o Afeganistão em funcionamento após a retirada final das forças dos Estados Unidos (EUA). Doadores estrangeiros manifestaram preocupação com uma iminente crise humanitária.

Duas semanas após a retomada da capital, Cabul, e do fim caótico a 20 anos de guerra, o grupo militante islâmico ainda não nomeou um novo governo ou revelou como pretende governar. Em vácuo administrativo, os preços dispararam, e multidões se reuniram nos bancos para sacar dinheiro.

Apesar dos combatentes fortemente armados para impor o controle sobre Cabul, oficiais do Talibã enfrentavam, quarta-feira (1º), problemas para manter bancos, hospitais e máquinas do governo funcionando após o fim da enorme retirada aérea de estrangeiros e afegãos que ajudaram as nações ocidentais durante a intervenção internacional.

A televisão Al Jazeera, do Catar, informou que especialistas técnicos do Catar chegaram a Cabul, a pedido do Talibã, para discutir a retomada das operações no aeroporto da cidade, atualmente inoperante.

O ministro das Relações Exteriores do vizinho Paquistão, que tem laços estreitos com o Talibã, disse esperar que o Afeganistão tenha um novo "governo de consenso" em alguns dias.

Enquanto isso, pessoas com medo da vida sob o domínio do Talibã correram para as fronteiras, em uma tentativa de escapar de um futuro incerto.

Na província de Panjshir, membros de milícias locais e remanescentes de antigas unidades militares ainda resistiam sob a liderança de Ahmad Massoud.

O líder do Talibã, Amir Khan Motaqi, pediu-lhes que baixassem as armas e negociassem o fim das hostilidades. "O Emirado Islâmico do Afeganistão é o lar de todos os afegãos", disse ele em um discurso.

O Talibã declarou anistia para todos os afegãos que trabalharam com forças estrangeiras durante a guerra, que começou quando eles foram destituídos do poder em 2001 por sua recusa em entregar o líder da Al Qaeda, Osama bin Laden, após os ataques de 11 de Setembro contra os EUA.

(Foto: EBC)

Apesar dos combatentes fortemente armados para impor o controle sobre Cabul, oficiais do Talibã enfrentavam, quarta-feira (1º), problemas para manter bancos, hospitais e máquinas do governo funcionando.

UE precisa criar força militar de reação rápida, defendem autoridades

Autoridades de alto escalão da União Europeia (UE) pediram aos governos do bloco ontem (2) para montar uma força militar de ativação rápida a fim de intervir ao redor do mundo, afirmando que a crise no Afeganistão será o catalisador para encerrar anos de inércia.

O principal diplomata do bloco e seu chefe militar disseram que a UE precisa reagir a conflitos além de suas fronteiras, e que a criação de uma "força de entrada inicial" de 5 mil soldados é o caminho a seguir, diminuindo a dependência dos Estados Unidos.

"A situação no Afeganistão, no Oriente Médio e no Sahel mostra que agora é a hora de agir, começando com a criação de uma força europeia de reação rápida, capaz de mostrar o desejo do bloco de agir como uma parceira estratégica global", disse o general Claudio Graziano, presidente do Comitê Militar da UE. "Quando, senão agora?", disse ele aos repórteres, enquanto ministros da Defesa do bloco se reuniam na Eslovênia para debater as consequências da retirada caótica de militares ocidentais do Afeganistão, depois que o Talibã assumiu o controle do país em 15 de agosto.

Os esforços da UE para criar essa força estão paralisados há mais de uma década, apesar da criação de um sistema de grupos de batalha de mais de 1.500 soldados em 2007, que nunca foram usados devido a disputas sobre financiamento e à relutância em mobilizá-los.

Mais de 4 bilhões de pessoas no mundo não possuem proteção social, diz OIT

A OIT alerta em relatório para o fato de que 4 bilhões de pessoas em todo o mundo não têm qualquer tipo de proteção social. Na avaliação da entidade, a resposta à pandemia da covid-19 foi "desigual e insuficiente", aprofundando a desigualdade entre os países mais ricos e os demais.

A OIT lembra que a proteção social inclui o acesso a serviços de assistência médica e à segurança de renda, em casos como velhice, desemprego, doença, invalidez, etc. Em comunicado, o diretor-geral da OIT, Guy Ryder, afirma que este é um "momento crucial" para aproveitar a resposta à pandemia e construir uma nova geração de sistemas de proteção social baseados em direitos. O documento é intitulado The World Social Protection Report 2020-22: Social protection at the crossroads - in pursuit of a better Future ("Relatório Mundial sobre Proteção Social 2020-22: A proteção social numa encruzilhada - em busca de um futuro melhor") e está disponível no site da entidade. Segundo ele, atualmente apenas 47% da população mundial está efetivamente coberta por ao menos um benefício de proteção social, enquanto 4,1 bilhões (53%) não são protegidas por qualquer segurança de renda do sistema de proteção social de seus países. A OIT nota ainda desigualdades importantes entre regiões, com a Europa e a Ásia Central com as taxas de coberturas mais altas, de 84%, e a África com apenas 17,4%.

EUA: com chuvas causadas pelo furacão Ida, NY declara estado de emergência

(Foto: EBC)

Em Estados vizinhos, como a Pensilvânia, a chegada do Ida levou à retirada de milhares de pessoas de suas casas.

O prefeito de Nova York, Bill de Blasio, declarou estado de emergência na cidade na noite de quarta-feira, dia 1º, devido às fortes chuvas causadas por fragmentos do furacão Ida. O Serviço Meteorológico dos Estados Unidos lançou um alerta de inundação repentina para regiões da cidade, válido até as 3h da manhã desta quinta-feira, pelo horário local.

"Estamos resistindo a um evento climático histórico na noite de hoje (ontem), com chuvas recordes em toda a cidade, enchentes brutais e condições perigosas em nossas ruas", escreveu Blasio em sua conta oficial no Twitter.

Segundo a Associated Press, fragmentos do Ida atingiram Estados da costa leste americana ontem com ao menos dois tornados, fortes ventos e chuvas intensas. Diversas vias de Nova York ficaram inundadas, e os serviços do metrô da cidade foram suspensos.

Em Estados vizinhos, como a Pensilvânia, a chegada do Ida levou à retirada de milhares de pessoas de suas casas depois que o nível de água em uma barragem próxima à cidade de Johnstown atingiu níveis "perigosos".

O governador do estado vizinho de Nova Jersey, Phil Murphy, também declarou estado de emergência, enquanto o Aeroporto Internacional de Newark cancelou todos os voos.

Covid-19: OMS alerta para variante identificada na Colômbia

Em seu boletim epidemiológico semanal, a Organização Mundial da Saúde fez um alerta para uma das variantes do novo coronavírus encontrada inicialmente na Colômbia, em janeiro de 2021.

A variante B.1.621 foi batizada de Mu e classificada como variante de interesse, termo utilizado para designar tipos do vírus que devem ser monitorados por autoridades de saúde, com análise sobre risco para a saúde pública.

"A variante Mu tem uma constelação de mutações que indicam propriedades potenciais de escape imunológico. Dados preliminares apresentados ao Grupo de Trabalho sobre Evolução do Vírus mostram uma redução na capacidade de neutralização dos pacientes similar à registrada na variante Beta, mas isso ainda precisa ser confirmado por novos estudos", diz o documento. Desde o primeiro registro da variante, em janeiro deste ano, foram notificados casos esporádicos na Colômbia, com notícias de contaminações em outros países da América do Sul e da Europa. Em agosto, foram informados casos por 39 países. Na Colômbia e no Equador, a incidência da variante cresceu, chegando, respectivamente, a 39% e 13%.

Biden garante apoio a afetados por furacão nos EUA e libera estoques de gasolina

O presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, garantiu em discurso, que o governo federal norte-americano manterá seu apoio às pessoas atingidas pela passagem do furacão Ida. Ele informou que sua administração monitora de perto o assunto e informou que viajará na sexta-feira, 3, à Louisiana para visitar áreas atingidas.

Biden também comentou que o governo liberará estoques para garantir o fornecimento de gasolina e conter os preços do combustível nas zonas atingidas, nos Estados de Louisiana e Mississippi. O líder americano disse que muitas áreas ainda estão desprotegidas, diante das enchentes e outros estragos causados por Ida.

Ele lembrou que antes mesmo do furacão já havia emitido declarações de emergência para a área ameaçada, a fim de agilizar a resposta ao problema.

E ainda criticou seguradoras que, segundo ele, tentavam deixar de pagar pessoas atingidas com o argumento de que teria havido apenas uma recomendação de que elas saíssem da área, não uma ordem - Biden falou que nem houve tempo para tomar esta última decisão.

EUA vão investir mais US$ 3 bi para produção de vacinas contra a covid-19

Os Estados Unidos irão investir mais US$ 3 bilhões na cadeia de abastecimento de vacinas contra a covid-19, informou o coordenador da força-tarefa da Casa Branca, Jeff Zients, em coletiva à imprensa nesta quinta-feira. O orçamento deve ser disponibilizado nas próximas semanas e criar milhares de empregos no país, segundo o porta-voz. As companhias norte-americanas a receberem o investimento ainda não foram determinadas, de acordo com Zients. "O aumento da produção irá impulsionar o número de vacinas disponibilizadas nos EUA, mas também irá beneficiar as doações a outros países", afirmou. O porta-voz também informou que os EUA doaram mais de 130 milhões de doses do imunizante contra a covid-19 a 90 países, até o momento.

Questionado, o infectologista e principal conselheiro médico da Casa Branca, Anthony Fauci, afirmou que os EUA estão monitorando a nova variante do coronavírus, a Mu, classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no último dia 30 de agosto. "Estamos atentos à nova cepa, mas a delta ainda é 99% dominante nos EUA", afirmou Fauci, que reforçou a eficácia das vacinas já existentes.

EUA alertam para risco de ciberataques no feriado do Dia do Trabalho

A Casa Branca alerta para a possibilidade de ciberataques no período do feriado do Dia do Trabalho nos Estados Unidos, celebrado no próxima segunda-feira, 6. Na coletiva de imprensa diária da administração, a Conselheira Adjunta de Segurança Nacional para Tecnologia Cibernética e Emergente, Anne Neuberger, esteve presente e afirmou que não há informações específicas sobre a ameaça, mas que os ataques historicamente vêm aumentando em períodos próximos a feriados. Segundo Neuberger, a infraestrutura crítica precisa ser reforçada, e é necessário observar uso ilícito de criptomoedas, que frequentemente são utilizadas neste tipo de atividade. Entre as dicas se segurança, a conselheira indicou a atualização de softwares, a cautela com links suspeitos e a troca constante para senhas fortes. "Vimos quedas no número de ataques ransomware, e esperamos que essa tendência possa prosseguir", afirmou sobre os sequestros digitais, que tiveram uma atividade mais intensa no começo do verão do Hemisfério Norte. Em junho, a JBS foi vítima de um ataque do gênero no país que paralisou grande parte de sua operação e exigiu o pagamento de resgate.

EUA: eventos climáticos extremos reforçam urgência de investir em infraestrutura

A porta-voz da Casa Branca, Jen Psaki, afirmou nesta quinta-feira, 2, que eventos climáticos extremos, como os incêndios e tempestades recentes no país, reforçam a necessidade de investimentos em infraestrutura. Em coletiva de imprensa diária, a representante defendeu o plano Build Back Better da atual administração, especialmente nos focos em resiliência climática, e nos "grandes passos" para enfrentar mudanças do clima. No principal tema da coletiva, o Afeganistão, Psaki afirmou que "ninguém está discutindo a redução das sanções ao Taleban", mas que ao mesmo tempo "queremos garantir que haja assistência ao povo afegão", com a ajuda passando pelas mãos de outras organizações. "Vamos julgar o Taleban por suas ações", reafirmou, indicando que ainda "não estamos caminhando para o reconhecimento" do comando do grupo no país.

"Temos nas nossas mãos o acesso aos mercados internacionais", lembrou Psaki, apontando especialmente o fato de o Taleban não ter acesso ao dinheiro afegão no Federal Reserve (Fed) de Nova York, uma quantia estimada em bilhões de dólares.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676
Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

CONTEXTO JURÍDICO

2ª Turma do STF arquiva investigação contra Aécio Neves por caixa 2 eleitoral

A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou o arquivamento do Inquérito (INQ) 4444, instaurado contra o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) para apurar o suposto cometimento do crime de caixa 2 eleitoral nas eleições de 2014, quando concorreu à Presidência da República.

Por maioria, o colegiado entendeu que houve excesso de prazo nas investigações, que somam mais de quatro anos, sem que a Procuradoria-Geral da República (PGR) tenha obtido provas para o oferecimento de denúncia, e concedeu habeas corpus de ofício para encerrar os procedimentos investigatórios.

As investigações começaram em 2017, com base em depoimentos de colaboração premiada de Marcelo Odebrecht, da Construtora Odebrecht, e Benedito Barbosa e Sérgio Neves, da construtora OAS, para apurar suposta promessa e realização de pagamentos indevidos ao então senador em 2014. Os recursos seriam destinados ao financiamento de sua campanha eleitoral e a de aliados no pleito de 2014.

Com a alteração da jurisprudência do STF sobre a tramitação de processos penais contra autoridades com prerrogativa de foro, que deverão ocorrer apenas se o suposto delito tiver relação com o cargo, o relator, ministro Gilmar Mendes, declinou da competência do STF e determinou o envio do inquérito à Justiça Eleitoral em Minas Gerais.

Na sessão de terça-feira (31), o colegiado rejeitou um recurso (agravo regimental) da PGR contra essa decisão do relator, sob o argumento de que os supostos atos delitivos (corrupção e lavagem de dinheiro) não seriam de competência da Justiça Eleitoral.

1ª Turma rejeita denúncia contra senador Eduardo Braga por caixa 2 em 2012

Na terça-feira (31), por maioria dos votos, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou denúncia contra o senador Eduardo Braga (MDB-AM), acusado, no Inquérito 4418, da prática de caixa 2 nas eleições de 2012. O colegiado aceitou contrarrazões da Procuradoria-Geral da República (PGR), que reconheceu erro na denúncia, ao imputar a Braga a condição de presidente do Diretório Municipal do MDB em Manaus, sendo que, na época dos fatos, ele era presidente do diretório estadual. Em relação aos demais denunciados, permanece decisão anterior da Turma que determinou a remessa dos autos à primeira instância da Justiça Eleitoral do Amazonas.

O caso - O Ministério Público Federal (MPF) ofereceu denúncia contra diversos investigados pela suposta prática do crime de falsidade ideológica eleitoral (artigo 350 do Código Eleitoral), em razão de declarações prestadas em colaboração premiada que indicaram a existência de repasses financeiros do Grupo Odebrecht para a campanha de Vanessa Grazziotin (PCdoB) à Prefeitura de Manaus em 2012.

Essa doação, direcionada à então candidata e ao Diretório Municipal do MDB, que a apoiava, teria sido realizada sem o devido registro oficial. Apesar de ocupar o cargo de senador na época, Braga foi denunciado por supostamente presidir o diretório de Manaus, fato que o responsabilizaria. Porém, sua atuação não foi constatada na denúncia.

PSB contesta resolução que revoga imposto sobre exportação de armas e munições

O Partido Socialista Brasileiro (PSB) questiona, no Supremo Tribunal Federal (STF), a resolução do Comitê Executivo de Gestão da Câmara do Comércio Exterior (Gecex) que afastou a cobrança de imposto sobre exportação, com alíquota de 150%, para o comércio de armas e munições para as Américas do Sul e Central. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 875, com pedido de liminar, foi distribuída ao ministro Nunes Marques.

"Exportação bumerangue" - O objeto de questionamento é a Resolução 218/2021 do Gecex, em vigor desde 2/8, que revogou duas resoluções anteriores. O PSB observa que o tributo foi instituído em 2001, como forma de coibir a chamada "exportação bumerangue", prática comum na década de 1990 que consistia na exportação de armas e munições pela indústria brasileira para países com pouco controle sobre comércio de armamentos e sua reintrodução clandestina no Brasil.

Segundo o partido, a revogação facilita o contrabando de armas e munições e fere preceitos fundamentais referentes ao direito à vida, à dignidade e à segurança da população. Ainda de acordo com a argumentação, o tráfico de armas tem se agravado com a pandemia. Como exemplo, cita a recente operação Trigger VI da Interpol, que resultou na apreensão de milhares de armas ilegais em 13 países latinoamericanos, entre eles o Brasil.

STF recebe estudantes de Oxford para pesquisas na Corte

Na sessão de quarta-feira (1º), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luiz Fux, anunciou o início do intercâmbio internacional na Corte com três estudantes da universidade de Oxford, na Inglaterra.

Eles participam da primeira edição da Cátedra Victor Nunes Leal (CVNL), programa que abre as portas do Tribunal para pesquisadores, professores, estudantes de pós-graduação nacionais e estrangeiros que desejam desenvolver pesquisas teóricas e empíricas sobre temas de interesse do STF.

"A Cátedra Victor Nunes Leal consiste em um espaço institucional de cultura que viabiliza a conexão de pesquisadores de diversas instituições e a produção de estudos e pesquisas de excelência acerca de temáticas das mais diversas, especialmente aquelas relacionadas ao direito constitucional e às Cortes Supremas", afirmou o ministro Luiz Fux. Para ele, o CVNL fortalece a produção do conhecimento acadêmico e proporciona a construção e o debate sobre estes estudos in loco.

Primeiros visitantes - Os estudantes de Oxford Pedro Arcain Riccetto, Nicola Tommasini e Natália Brigagão foram recepcionados pelo secretário-geral da Presidência, Pedro Felipe de Oliveira Santos, e pelo secretário de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação, Alexandre Freire. Pelos próximos três meses, esses pesquisadores irão desenvolver, presencial e virtualmente, estudos que convergem com os interesses de pesquisa da própria Corte.

STF inicia fase de sustentações no julgamento sobre terras indígenas

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou quarta-feira (1º) a fase de sustentações orais do julgamento pode analisar o marco temporal para demarcações de terras indígenas. Na sessão desta quarta-feira, entidades se manifestaram contra e a favor a tese. O julgamento está sendo acompanhado por cerca de 6 mil indígenas de 170 etnias, que estão acampados em Brasília desde a semana passada.

O STF julga o processo sobre a disputa pela posse da Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, e a posse de parte é questionada pela procuradoria do estado.

(Foto: EBC)

O STF julga o processo sobre a disputa pela posse da Terra Indígena Ibirama, em Santa Catarina. A área é habitada pelos povos Xokleng, Kaingang e Guarani, e a posse de parte é questionada pela procuradoria do estado.

Durante o julgamento, os ministros poderão discutir o chamado marco temporal. Pela tese, os indígenas somente teriam direito às terras que estavam em sua posse no dia 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição Federal, ou que estavam em disputa judicial nesta época.

Manifestações - O procurador de Santa Catarina, Alisson de Bom de Souza, defendeu a reintegração de posse pelo Instituto do Meio Ambiente do estado e afirmou que houve invasão de indígenas na área.

Souza também defendeu o marco temporal como forma de segurança jurídica. Segundo ele, o reconhecimento da posse só pode ocorrer após decisão final sobre o reconhecimento da terra indígena pelo presidente da República, a quem cabe a decisão final sobre a homologação.

"Um proprietário de terra não pode ser expulso de sua propriedade sem que haja a formação completa do reconhecimento de que aquele espaço é uma terra indígena tradicional", argumentou. Rafael Modesto dos Santos, advogado da comunidade Xokleng, disse que o marco temporal não tem cabimento jurídico e ignora o passado de violência contra os povos indígenas, como casos de expulsões, mesmo após a titulação de terras tradicionais.

"Não cabe nenhum marco temporal, porque ele legalizaria todos ilícitos, de crimes ocorridos até 1988", afirmou. Na avaliação de Paloma Gomes, representante do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a defesa da tese do marco é uma forma de tentar burlar a Constituição.

"Os direitos indígenas continuam como cláusulas pétreas, sendo imprescritíveis, inalienáveis e imutáveis. Em 88, foi fixado como dever do Estado a demarcação e a proteção dos territórios indígenas, entretanto, o que vamos hoje é uma resistência na implementação desses direitos", disse.

O advogado-geral da União, Bruno Bianco, defendeu a preservação da segurança jurídica nos processos demarcatórios e a manutenção de balizas que foram estabelecidas pela Corte no julgamento demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em 2009.

Flordelis: Justiça nega pedido da defesa contra suspeição de juíza

(Foto: EBC)

Flordelis foi presa preventivamente por decisão do juízo da 3ª Vara Criminal de Niterói no dia 13 de agosto.

A 2ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro rejeitou a exceção de suspeição contra a juíza Nearis dos Santos Arce, da 3ª Vara Criminal de Niterói. A suspeição foi proposta pela defesa da ex-deputada federal Flordelis dos Santos de Souza, 60 anos, que alegou quebra da imparcialidade da magistrada na condução do processo que apura o envolvimento da ex-parlamentar no assassinato do pastor Anderson do Carmo.

Na análise do pedido da defesa, o desembargador relator, Celso Ferreira Filho, escreveu que "a alegada rispidez da Excepta não deve ser considerada para fazer surgir uma exceção de suspeição onde ela inexiste. Firmeza não deve ser confundida com falta de urbanidade, assim como instrução escorreita, respeitando-se prazos, procedimentos e horários, não se transmuda em constrangimento ilegal".

Em outro trecho da decisão, o relator destacou que o magistrado não é parte do processo.

"As decisões do juízo não estão sujeitas a constante avaliação sob a perspectiva da imparcialidade. Isso, além de retardar e prejudicar a prestação jurisdicional, mostra-se censurável sobre todos os aspectos. Não houve, no decorrer da longa e cuidadosa instrução, qualquer insurgência processual grave", defende o magistrado, que acrescenta que opiniões divergentes e o debate de ideias opostas são inerentes à própria dialética do direito e do processo.

Ministra Rosa Weber suspende desocupação de loteamento em Três Lagoas (MS)

A ministra Rosa Weber, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu liminar na Reclamação (RCL) 49120 para suspender o cumprimento de decisões da Justiça de Mato Grosso do Sul que determinaram a desocupação do Loteamento Jardim das Flores, em Três Lagoas (MS), em ação de reintegração de posse.

Na análise preliminar do caso, a ministra afirmou que as decisões podem ter afrontado a decisão do STF na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 828. O relator dessa ação, ministro Luís Roberto Barroso, suspendeu, em 3/6 deste ano, por seis meses, ordens ou medidas de desocupação de áreas que já estavam habitadas antes de 20/3/2020, quando foi aprovado o estado de calamidade pública em razão da pandemia da Covid-19.

De acordo com a decisão na ADPF, nos casos das ocupações posteriores à pandemia e ao marco temporal estabelecido (20/3/2020) que sirvam de moradia para populações vulneráveis, o Poder Público poderá atuar a fim de evitar a sua consolidação, desde que as pessoas sejam levadas para abrigos públicos ou que se assegure a elas moradia adequada.

Exigência - De acordo com a ministra Rosa Weber, no caso, foi determinada a reintegração de posse de área pública, cuja ocupação ocorreu posteriormente ao início da pandemia, sem observar a exigência de que as pessoas vulneráveis sejam levadas para abrigos públicos ou que de outra forma se assegure a elas moradia adequada. A última decisão, que prorrogou a desocupação, orientou que os ocupantes busquem, junto ao poder público ou ao Ministério Público, a resolução do problema das famílias de baixa renda que estão na iminência de serem despejadas.

Requisitos - A ministra apontou que, embora sejam permitidas aos agentes estatais ações para evitar a consolidação de novas ocupações irregulares, o mero comando de reintegração de posse sem a adoção de providências para a realocação das famílias vulneráveis em abrigos públicos ou em locais com condições dignas esvazia a decisão do Supremo na ADPF 828.

STF e BNDES firmam parceria para planejar autonomia orçamentária da TV e Rádio Justiça

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmaram parceria para a construção de proposta que viabilize a autonomia orçamentária da TV Justiça e da Rádio Justiça. O acordo foi oficializado nesta quarta-feira (1º) após reunião entre o presidente do STF, Luiz Fux, e o presidente do BNDES, Gustavo Montezano.

O acordo de cooperação técnica, que será assinado nos próximos dias por representantes do STF e do BNDES, terá vigência de 24 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses, e não envolve transferência de recursos orçamentários entre os participantes.

As instituições buscarão desenhar soluções para ganhos de eficiência na gestão dos recursos econômico-financeiros relacionados às duas emissoras, com o objetivo de identificar oportunidades de negócios em gestão de ativos imobiliários e levantamento de recursos via patrocínios e apoios culturais, além de outras fontes de receita não-orçamentárias.

A expertise do BNDES em projetos dessa natureza é ponto de destaque nesta parceria, pois a instituição tem larga experiência na condução de consultas públicas e estudos técnicos de viabilidade econômico-financeiras de elevada complexidade, além de ser o gestor do Fundo Nacional de Desestatização do Governo Federal.

Melhor eficiência - Também será avaliada a viabilidade de eventual criação de personalidade jurídica própria, uma vez que a TV e a rádio estão hoje sob a gestão total do STF.

Será elaborado ainda um estudo de outras possíveis soluções para geração de receita e melhoria dos padrões de eficiência das emissoras.

A expectativa é um modelo que atenda aos princípios da legalidade, objetividade e moralidade, com destaque para a transparência do andamento dos trabalhos do Poder Judiciário, uma vez que o objeto envolve serviço público de radiodifusão.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

LEIS & PROJETOS

Avança programa que cria recompensa financeira a produtores por conservação ambiental

"A Floresta em pé vale muito mais do que derrubada". A afirmação do senador Alvaro Dias (Podemos-PR) resume o objetivo de projeto aprovado quarta-feira (1º) pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), que prevê recompensas financeiras para a conservação do meio ambiente.

Apresentado por Alvaro Dias a partir de sugestão de especialistas em Meio Ambiente, o PL 5.173/2019 prevê a criação de um mecanismo financeiro para incentivar produtores brasileiros a preservarem as florestas. O projeto, que segue para votação final na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), institui o Programa de Operação e Registro de Instrumentos Representativos dos Ativos de Natureza Intangível, chamado Tesouro Verde. Segundo Alvaro, a proposta é uma resposta ao avanço da degradação da Amazônia e outros biomas brasileiros.

- A proposta é importante em qualquer momento, mas especialmente importante em um momento trágico na preservação ambiental. Temos que dar uma reposta a apelos que vem de toda parte do mundo. A floresta em pé vale mais do que no chão - apontou Alvaro.

Tesouro Verde - O Programa Tesouro Verde vai funcionar como um ambiente eletrônico de negociação de ativos ambientais de conservação de florestas nativas, os chamados CAF. A ideia é unir produtores rurais, sociedade civil e entes públicos em torno da promoção de ações voltadas ao desenvolvimento sustentável. Por meio dessa plataforma, cidadãos e empresas poderão comprar esses ativos (os CAF), remunerando os produtores engajados na conservação da floresta em pé. O modelo jurídico do Tesouro Verde deverá ser similar ao que regula o crédito de carbono e prevê a criação de um Certificado de Ativo de Floresta (CAF), correspondente a uma tonelada de dióxido de carbono (CO_2) retirada do meio ambiente. Esse título deverá ser negociado via oferta de recompensas financeiras pelo esforço de conservação florestal. A proposta recebeu parecer favorável do relator, o senador Confúcio Moura (MDB-RO), com uma emenda de redação. "Com o programa proposto, oferece-se a oportunidade para que o capital privado, nacional e internacional, seja alocado no investimento da conservação das terras nativas brasileiras, em sintonia com as mais avançadas práticas internacionais de conservação da natureza, bem como com os principais acordos multilaterais ambientais assinados pelo Brasil", observou Confúcio no parecer.

(Foto: Senado)

Vanderlan Cardoso, que leu o parecer, Otto Alencar e Alvaro Dias, autor do projeto.

Participantes de previdência complementar poderão escolher regime de tributação ao receber benefício

(Foto: Senado)

Aprovado pela CAS, o PL 5.503/2019 segue para a Comissão de Assuntos Econômicos; o senador Jayme Campos (DEM-MT) apresentou relatório favorável ao projeto do senador Paulo Paim (PT-RS).

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou parecer favorável ao Projeto de Lei (PL) 5.503/2019, que permite aos participantes e assistidos de planos de previdência complementar optarem pelo regime de tributação na ocasião da obtenção do benefício ou do resgate dos valores acumulados.

A votação foi realizada na manhã de terça-feira (31), e a proposta segue agora para análise da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto do senador Paulo Paim (PT-RS) tem por objetivo facilitar a tomada de decisão do participante dos planos.

O texto permite que - desde que ainda não tenha se iniciado o pagamento do benefício - a escolha do regime de tributação da renda previdenciária seja feita no momento da obtenção do benefício ou da requisição do resgate dos valores acumulados no plano (em vez de ter que ser efetuada até o último dia útil do mês subsequente ao do ingresso, como hoje estabelecido).

Também autoriza que os assistidos ou representantes legais exerçam essa escolha em situações especiais, como por exemplo no caso de falecimento do participante.

Análise - Em seu voto, o relator, senador Jayme Campos (DEM-MT), aponta que, para decidir o regime de tributação a ser aplicado em um plano de previdência específico, o cidadão tem que analisar uma série de "sofisticadas variáveis técnicas", e ainda que contemplar diversos condicionantes de ordem pessoal, vinculados a seu perfil, sua situação familiar e orçamentária e seus objetivos de curto e longo prazo.

Segundo ele, essa decisão, que já é tão complicada, se torna ainda mais difícil quando tem que ser feita no ato da contratação do plano. "E é pior se é irretratável", argumenta.

Jayme Campos ainda acrescenta que "é evidente o prejuízo que a inflexível regra vigente quanto à escolha do regime de tributação traz para o cidadão, especialmente para aquele que, em face de uma situação emergencial, vê-se compelido a resgatar o montante dos recursos acumulados em seu plano de previdência, com o ônus de ter que pagar muito mais imposto do que pagaria se lhe fosse permitido optar, na ocasião, pelo regime de tributação" e, por isso, apresentou parecer favorável à mudança proposta.

Câmara aprova projeto que prorroga mudanças no calendário escolar até o fim do ano

A Câmara dos Deputados aprovou quarta-feira (1º) o Projeto de Lei 486/21, da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), que desvincula a vigência de normas excepcionais sobre o ensino, na pandemia de Covid-19, do decreto de calamidade pública que perdeu a vigência no fim do ano passado. A matéria será votada ainda pelo Senado.

Segundo a autora, o projeto dá segurança jurídica aos secretários de Educação para aplicarem as normas neste ano.

"O projeto foi apresentado a pedido dos secretários estaduais e municipais de Educação e busca dar segurança para que cada escola possa organizar o seu calendário em razão da pandemia", afirmou.

O Decreto Legislativo 6/20 reconheceu a calamidade principalmente para fins orçamentários e foi citado em várias leis relacionadas às consequências das medidas de combate à disseminação do vírus.

(Foto: Câmara)

Professora Dorinha Seabra Rezende, autora da proposta.

Medidas possíveis - O texto aprovado em Plenário é um substitutivo da Comissão de Educação da Câmara, elaborado pelo deputado Idilvan Alencar (PDT-CE). Segundo o texto, até o encerramento do ano letivo de 2021 poderão ser adotadas medidas da Lei 14.040/20.

Entre essas medidas estão a suspensão da obrigatoriedade de escolas e universidades cumprirem a quantidade mínima de dias letivos; a aglutinação de duas séries ou anos escolares; a permissão para o ensino remoto; e a antecipação da conclusão de cursos de medicina ou cursos técnicos relacionados ao combate à Covid-19, se cumpridos 75% da carga horária.

Comissão aprova piso salarial nacional de R$ 2 mil para guardas municipais

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou proposta que fixa em R$ 2 mil o piso salarial nacional dos guardas municipais. Conforme o texto, esse valor será reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O projeto foi aprovado conforme substitutivo que acrescentou ao Projeto de Lei 1663/19, do deputado Lincoln Portela (PL-MG), a competência da União para prestar assistência financeira complementar aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o cumprimento do piso salarial previsto.

O relator, deputado Delegado Antônio Furtado (PSL-RJ), acolheu sugestão do deputado Hildo Rocha (MDB-MA) para modificar o texto.

O substitutivo também inclui as medidas no Estatuto Geral das Guardas Municipais. O projeto original não alterava nenhuma lei existente.

Tramitação - A proposta tramita em caráter conclusivo e ainda será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Deputados aprovam MP que amplia tolerância para pesagem de caminhões

A Câmara dos Deputados aprovou quarta-feira (1º) a Medida Provisória 1050/21, que aumenta de 10% para 12,5% a tolerância para o excesso de peso por eixo de ônibus de passageiros e de caminhões de carga sem aplicação de penalidades. A matéria será enviada ao Senado.

De acordo com o substitutivo do relator, deputado Vicentinho Júnior (PL-TO), os veículos ou combinações de veículos (carretas com reboques, por exemplo) de peso bruto total regulamentar igual ou inferior a 50 toneladas deverão ser fiscalizados apenas quanto aos limites de peso bruto total ou de peso bruto total combinado (caminhão mais o reboque), cuja tolerância fixada pela lei é de 5%. As mudanças são feitas na Lei 7.408/85.

"A ideia é facilitar o transporte de mercadorias, evitar o desabastecimento interno e ampliar a oferta para o mercado externo", afirmou Vicentinho Júnior. "Geralmente a carga é disposta de maneira uniforme, mas acaba se deslocando durante o trajeto. Ao ser parado pela fiscalização, o caminhoneiro muitas vezes é surpreendido e multado", comentou o relator. "Não se pode fechar os olhos para o problema, e a MP traz importante avanço para o transporte de cargas."

O líder do Novo, deputado Paulo Ganime (RJ), criticou a proposta. Segundo ele, embora no curto prazo possa ocorrer a redução no custo dos fretes, amplia-se os riscos à segurança devido aos eventuais danos nas estradas causados pelo excesso de peso dos caminhões. "Essa MP não é uma solução adequada", disse Ganime.

Entre outros, os deputados Carlos Zarattini (PT-SP) e Fernanda Melchionna (Psol-RS) defenderam a aprovação da MP. Ambos argumentaram que o relator incorporou demandas dos caminhoneiros, que hoje enfrentam dificuldades na atividade devido aos recentes aumentos no preço do óleo diesel.

Regulamentação posterior - Enquanto o texto original da MP permitia ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran) regulamentar o tema desde a edição da MP, o relatório de Vicentinho Júnior prevê que o excesso de peso dos veículos será regulado somente a partir do encerramento do prazo de vigência da lei, limitado a 30 de setembro de 2022. A MP original fixava a data em 30 de abril de 2022.

A regulamentação do Contran deverá considerar a diversidade da frota do transporte rodoviário de cargas em operação, contemplando os casos de dimensão de tolerância e de isenção na pesagem por eixo.

Segundo o governo, a mudança nos limites é uma reivindicação do setor de transporte rodoviário porque cerca de 43% das multas ocorrem nesse intervalo de tolerância entre 10% e 12,5%.

CCJ aprova proposta que amplia proteção ao patrimônio bibliográfico nacional

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou proposta que amplia a Lei 5471/68, que trata da proteção do patrimônio bibliográfico brasileiro. A proposta tramitou em caráter conclusivo e, portanto, poderá seguir para o Senado, a não ser que haja recurso para votação pelo Plenário.

O texto aprovado foi o substitutivo do deputado Enrico Misasi (PV-SP) ao Projeto de Lei 10531/18, da deputada Flávia Morais (PDT-GO). Com relação ao texto original, Enrico Misasi mudou o termo "patrimônio" por "bens culturais", seguindo recomendação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

Também retirou a previsão de que o Iphan regulasse a saída temporária do patrimônio bibliográfico e iconográfico brasileiro do País, para fins de interesse cultural. Na versão de Misasi, a permissão deverá ser dada pela "autoridade federal competente".

"Conhecemos a fluidez das instituições nacionais. Sabemos que, infelizmente, qualquer órgão da administração pública brasileira hoje existente pode não existir amanhã, a depender dos ventos que venham. Por outro lado, a legislação não é feita somente para o nosso tempo, para o hoje, mas visa precipuamente regulamentar as relações futuras, o amanhã. Assim sendo, declarar expressamente determinado órgão no corpo de uma lei não nos parece o mais indicado", argumentou o relator.

Bens apreendidos - Outro ponto modificado por Misasi é o que previa que a destinação dos bens apreendidos seria feita em proveito do patrimônio público, após esgotadas as buscas quanto à procedência do material apreendido no prazo de três meses em audiência junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na nova versão, enquanto os legítimos proprietários dos bens culturais apreendidos não forem devidamente identificados, os bens apreendidos permanecerão à disposição dos órgãos públicos federais competentes.

O texto aprovado busca proteger itens iconográficos do patrimônio brasileiro, como gravuras, a fim de evitar o contrabando dessas obras.

A lei atual proíbe basicamente a exportação de coleções de livros e de periódicos constituídos de obras brasileiras ou sobre o Brasil, editados entre 1501 e 1900.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

GERAL

Quebra de sigilo em investigação sobre Carlos atinge ex-mulher de Bolsonaro

Ao autorizar a quebra dos sigilos bancário e fiscal do vereador carioca Carlos Bolsonaro (Republicanos) e outras 26 pessoas, a Justiça do Rio atingiu Ana Cristina Siqueira Valle, segunda ex-mulher do presidente Jair Bolsonaro, e ex-assessores ligados a Fabrício Queiroz. Alguns deles já haviam passado por medidas cautelares na investigação contra o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), irmão de Carlos.

Ana Cristina Siqueira Valle é mãe do quarto filho do presidente, Jair Renan, e trabalhou no gabinete de Carlos. Diversos familiares seus foram nomeados tanto para o mesmo escritório quanto para outros da família. Sua irmã, Andrea Valle, está na lista dos ex-assessores que terão contas analisadas. Em julho, ela ficou conhecida após uma reportagem do portal UOL revelar áudios em que a ex-cunhada de Bolsonaro assumia que existiam desvios de salários também no antigo gabinete do hoje presidente na Câmara dos Deputados.

PM mineira manda retirar outdoor para ato do 7 de Setembro com logo da corporação

O governo de Minas informou quarta-feira, 1º, que não haverá atos e desfiles oficiais de 7 de Setembro no Estado. O anúncio foi feito em nota conjunta do governador Romeu Zema (Novo) e a Polícia Militar (PM) mineira. A PM informou também que "solicitou" a retirada de um outdoor instalado no município de Raul Soares (MG), que convoca a população para um desfile, hasteamento da bandeira do Brasil e execução do Hino Nacional no Dia da Independência. O outdoor exibe a logomarca da PM mineira e marca da Sicoob Crédito Empresarial, cooperativa de crédito da região, que também pediu a retirada do seu nome.

O outdoor foi instalado por um grupo local da cidade de 23.762 habitantes, o Raul Soares Patriota, que tem como lema "Deus, Pátria e Família". "Resgatando o patriotismo em nossa cidade. Participe! Traga a sua família", diz a peça publicitária.

No comunicado, Zema afirmou que "devido à pandemia da covid-19 e, diante a todos os cuidados sanitários necessários, não serão realizadas celebrações pelo Estado que promovam aglomerações no Dia da Independência, comemorado em 7 de setembro".

Sem Fundo Amazônia, Pará cria iniciativa estadual para tentar captar verbas

A paralisação total que o governo Bolsonaro promoveu sobre o Fundo Amazônia, maior programa de financiamento de proteção ao meio ambiente, fez com que o Pará procurasse alternativas para tentar preencher o vácuo financeiro dessas ações. O governo paraense criou um fundo estadual para tentar atrair recursos de doadores públicos e privados que queiram financiar projetos no Estado, sejam recursos nacionais ou estrangeiros. O programa, batizado de "Fundo Amazônia Oriental", tem meta de captar R$ 300 milhões nos próximos quatro anos, para financiar medidas voltadas ao combate ao desmatamento e grilagem de terras.

A iniciativa passou a contar com apoio de um gestor financeiro, que ficará encarregado de administrar a captação, execução e prestação de contas de recursos. Trata-se do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), que é um mecanismo financeiro nacional privado, especializado nesse tipo de operação.

"Começamos a falar com as primeiras instituições que poderão aportar recursos. Estamos preparando um plano de captação, que deve atrair entidades do terceiro setor, como as ONGs especializadas, que possuem grandes colaboradores", diz o secretário de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, Mauro O'de Almeida. "A ideia, com certeza, é tentar ocupar o espaço deixado pelo Fundo Amazônia. É uma alternativa para tentar suprir a ausência desse fundo." As captações devem financiar ações de combate ao desmatamento, recomposição florestal e investimentos em ativos de bioeconomia e serviços ambientais no Pará. Um comitê gestor formado por representantes do governo estadual e da sociedade civil terá o papel de definir prioridades.

Para Fiemg, STF cerceia 'liberdade de expressão'

A Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg) divulgou um manifesto com críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) e apoio a temas defendidos pelo presidente Jair Bolsonaro. No documento, os industriais mineiros pedem que o Supremo revise sanções e a possibilidade de desmonetização de sites e portais de notícias acusados em inquéritos contra as fake news. Para a entidade, trata-se de uma luta pela "segurança jurídica e institucional" e contra o "cerceamento à liberdade de expressão"

A divulgação do manifesto ocorre dois dias depois de a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) suspender a divulgação de um manifesto assinado por mais de 200 entidades em defesa da democracia e contra o clima de tensão entre os Poderes às vésperas das manifestações organizadas pelos bolsonaristas no feriado da Independência, o 7 de Setembro. O recuo foi feito depois de o Banco do Brasil e a Caixa ameaçarem deixar a Federação Brasileira de Bancos (Febraban).

No manifesto, a Fiemg diz que a liberdade de expressão está sob ameaça no Brasil e precisa ser defendida com veemência. "Nas últimas semanas, assistimos a uma sequência de posicionamentos do Poder Judiciário, que acabam por tangenciar, de forma perigosa, o cerceamento à liberdade de expressão no País", diz o documento.

Sem citar especificamente as prisões determinadas pelo ministro do STF Alexandre de Moraes, a Fiemg diz que impor sanções sem o devido processo legal, contraditório e ampla defesa é uma precipitação e "inequívoca" afronta à Constituição. A entidade faz referência à citação do ex-ministro Marco Aurélio Mello, que, ao relembrar lição do professor Adilson Abreu Dallari, afirmou: "Supremo não é sinônimo de absoluto; é um dos Poderes que integra um dos Poderes da República".

Ao Estadão, o presidente da Fiemg, Flávio Roscoe, disse que o manifesto é "apolítico" e foi aprovado por unanimidade em apoio ao direito de expressão. Segundo ele, não houve consenso na federação para adesão ao manifesto da Fiesp. "A Fiemg é um entidade que tem posição. O que aconteceu é que pediram nossa assinatura no manifesto da Febraban e decidimos não ser signatários e fazer o nosso próprio manifesto", afirmou Roscoe. Segundo ele, há pluralidade política na federação e o único tema que houve convergência foi o de liberdade de expressão e individual. "Estão afrontando a Constituição. Não interessa de quem seja o site. Não foi feito o rito jurídico adequado. O mesmo que abre o inquérito, faz a investigação e sentencia", disse. "Qual é crime de defender o voto auditável? Tem gente que defende a maconha. Expressar opinião é o maior patrimônio de uma democracia."

Roscoe negou, porém, que a entidade esteja apoiando o movimento do 7 de Setembro, organizado pelos aliados do presidente Bolsonaro. Em grupos de WhatsApp, surgiram informações de que a Fiemg estaria fretando ônibus para levar manifestantes pró-Bolsonaro em Brasília.

Ex-chanceler Ernesto Araújo se licencia do Itamaraty por um ano

(Foto: EBC)

O Ministério das Relações Exteriores concedeu licença por um ano ao ex-chanceler Ernesto Araújo. Ele pediu o afastamento para "tratar de interesses particulares" conforme despacho do secretário-geral das Relações Exteriores, Fernando Simas Magalhães, que circulou quarta-feira, dia 1º.

Ernesto Araújo foi demitido do Itamaraty no fim de março, numa reforma ministerial relâmpago promovida pelo presidente Jair Bolsonaro. Ele passara por embates diretos com senadores e sua condução da chancelaria era questionada dentro e fora do governo, principalmente por militares e por setores econômicos como o agronegócio.

Araújo chegou a acusar a senadora Kátia Abreu (Progressistas-TO) de atuar em favor de lobby chinês - ela é representante dos ruralistas, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado e obteve na Justiça uma vitória para que o ex-ministro pague indenização de R$ 30 mil por danos morais, com base na insinuação.

Sem trânsito político no Senado, o presidente não pôde indicar o ex-chanceler a embaixadas de renome no exterior, uma deferência na diplomacia, por causa do risco de não ter aval dos parlamentares. Uma alternativa seria a chefia de consulado ou um posto em representações de blocos econômicos, posições que não dependem de autorização dos senadores, mas nem isso recebeu.

A mulher dele, a diplomata Maria Eduarda de Seixas Corrêa, foi transferida para o consulado brasileiro em Hartford, nos Estados Unidos, e já está no país. Ernesto Araújo ficou um período em cargo administrativo no Palácio Itamaraty e depois pediu uma licença remunerada por 90 dias.

Agora, o ex-chanceler não receberá remuneração até 30 de agosto de 2022, quando se encerra a licença.

Apurações contra Carlos e Flávio têm rumos semelhantes

O procedimento contra Carlos segue caminhos parecidos com o de Flávio, apesar de terem origens diferentes. As apurações que envolvem o senador começaram com um relatório de inteligência financeira (RIF) do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). As investigações que miram o vereador se basearam em reportagens e em dados observados na própria investigação do irmão - já que havia ali funcionários em comum.

Flávio foi denunciado em ação criminal por peculato, lavagem de dinheiro, apropriação indébita e organização criminosa por causa das "rachadinhas" - desvio de salário de assessores - na Assembleia Legislativa fluminense. A mesma suspeita que recai sobre o vereador. Queiroz seria o operador de Flávio no esquema. Ambos negam. Após reunir elementos que ajudassem a embasar a tese de que poderia haver peculato - desvio de dinheiro público por servidor - por meio da nomeação de "fantasmas" no gabinete de Carlos, o MP formalizou o pedido de quebra de sigilo. No caso de Flávio, isso ocorreu em abril de 2019, mas essa autorização judicial está colocada em xeque. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) a considerou mal fundamentada juridicamente e anulou seus efeitos. A denúncia virou objeto de disputa na Justiça. Agora, os investigadores do caso Carlos poderão analisar com mais detalhes se há indícios de que o dinheiro pago pela Câmara ia de forma ilícita para o vereador. Quando esmiuçaram os dados de ex-assessores de Flávio, os promotores conseguiram montar tabelas que indicavam o porcentual dos salários que era destinado ao operador Queiroz ou sacado em caixas eletrônicos, por exemplo.

Evangélicos e caminhoneiros intensificam convocação para 7 de setembro no Twitter

Na semana que antecede as manifestações previstas para o 7 de Setembro, evangélicos e caminhoneiros intensificaram a convocação para os atos favoráveis ao presidente Jair Bolsonaro. Relatório da consultoria AP Exata mostra que esses grupos chegaram a 16,7% e 10,5% das menções relacionadas ao evento no Twitter, o maior patamar entre outras duas mobilizações recentes do governo.

Na semana passada, 15 dias antes da manifestação, a participação dos evangélicos era de 6,9%, e a dos caminhoneiros, de 7,8%. Ou seja, a relevância do debate em torno do núcleo "cristão conservador" mais do que dobrou na rede de uma semana para outra. Esse movimento também foi observado na categoria dos motoristas, ainda que em menor grau. Ambos os porcentuais estão acima daqueles registrados em outras duas manifestações anteriores: a que defendeu a aprovação da "PEC do voto impresso" em 1º de agosto, e o protesto contra medidas de restrição contra a covid-19, em 14 de março. Nesses dois momentos, o porcentual máximo de menções aos caminhoneiros foi de 8%, e aos evangélicos, 5,9%, sete dias antes dos eventos. O relatório sustenta que a mobilização dos caminhoneiros para o próximo dia 7 teve um incremento a partir do episódio do cantor sertanejo Sérgio Reis, mas a categoria permanece dividida, o que reduz a possibilidade de um movimento amplo de paralisação. Lideranças da categoria negaram a greve em agosto, quando o caso veio à tona.

Já o debate entre evangélicos cresceu a partir de um "movimento coordenado de pastores, sobretudo neopentecostais, que têm conclamado os fiéis a participarem dos protestos", aponta o levantamento. Um de seus expoentes, o pastor Silas Malafaia, está entre os escalados para discursar em carros de som na manifestação pró-Bolsonaro.

A entrada mais ativa desses dois grupos pode aumentar o número de manifestantes nas ruas no dia 7 de setembro, redesenhando a aliança que elegeu Bolsonaro em 2018 para agora contrapor a queda de popularidade do governo e o cenário eleitoral adverso.

Atualmente, porém, o volume de postagens no Twitter relacionadas ao ato no Dia da Independência é semelhante ao da manifestação em favor da "PEC do voto impresso", ocorrida em 1º de agosto, antes da rejeição da proposta na Câmara dos Deputados.

'Bolha bolsonarista' - Para Mariana Pereira, diretora da AP Exata, esses indicadores apontam que Bolsonaro "fala para convertidos" com o objetivo de levar mais gente para as ruas, mas falta apelo para as pautas romperem a chamada "bolha bolsonarista".

"Essas menções estão muito restritas aos grupos de apoio ao Bolsonaro", ela avalia. "Você não vê saindo dessa bolha e indo para outros. Fica mesmo em grupos mais conservadores, de evangélicos, da militância."

Em um cenário inverso ao dos evangélicos, as conversas no Twitter sobre as Forças Armadas perderam espaço, mas ainda respondem por 36,4%, mesmo patamar dos policiais militares. Essas foram as quatro categorias analisadas pela consultoria. Outro grupo mobilizado para o 7 de Setembro, os ruralistas não aparecem no conjunto de dados.

Pela análise da AP Exata, houve um afastamento da ideia de que as instituições militares poderiam colaborar com um ato extremo em favor de Bolsonaro - como invasões ao Congresso ou ao Supremo Tribunal Federal (STF). Mas as convocações de oficiais da ativa e da reserva para os atos preocupam os governadores, como mostrou o Estadão. O relatório incluiu 1,1 milhão de postagens no Twitter, por meio de uma coleta automatizada entre 7 e 14 dias antes das três últimas manifestações a favor do governo. A convocação para os atos também ocorre em outras redes sociais, como Facebook e Instagram, e aplicativos de mensagem, como WhatsApp e Telegram.

ESPORTES

PARALIMPÍADAS 2020 TÓQUIO

QUADRO DE MEDALHAS

	OURO	PRATA	BRONZE	TOTAL
1º. China	77	46	44	167
2º. Grã-Bretanha	34	27	35	96
3º. Atletas da Rússia	32	23	42	97
4º. Estados Unidos	27	321	22	80
5º. Ucrânia	20	39	25	84
6º. Brasil	**19**	**13**	**22**	**54**
7º. Holanda	19	11	11	41
8º. Austrália	17	23	26	66
9º. Itália	13	25	20	58
10º. Azerbaijão	11	1	4	16

FONTE CPB — INFOGRAFFO

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

PUBLICIDADE LEGAL

Holding do Araguaia S.A.

Companhia Fechada - CNPJ/ME 18.903.785/0001-78 - NIRE 35.300.457.099

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 06 de Agosto de 2021

Data, Horário e Local: Em 06/08/2021, às 9h, na sede social da **Holding do Araguaia S.A.** ("Companhia"), na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005. **Convocação e Presença**: Dispensada, nos termos do §4º, do artigo 124, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em função da presença da totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença. **Mesa**: Presidente: Marcelo Lucon e Secretário: Marcello Guidotti. **Ordem do Dia**: Deliberar sobre: **(i)** o aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** a alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia; **(iii)** a eleição de membros do Conselho de Administração da Companhia; **(iv)** a alteração do valor dos atos ou contratos, cuja assinatura dependerá de prévia aprovação do Conselho de Administração; **(v)** a adequação das disposições do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações acima, bem como implementar outras alterações que os acionistas julgam convenientes; e **(vi)** a autorização para que a diretoria tome todas e quaisquer providências para formalizar as deliberações acima. **Deliberações**: Após a leitura, análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas da Companhia, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, aprovaram: **(i),** o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 2.774,00 mediante a emissão de 2.774 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, integralizadas nesta data em moeda corrente nacional, conforme boletins de subscrição constantes do Anexo I a presente ata. Desta forma, o capital social da Companhia passa dos atuais R$ 5.152,38, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, correspondente a 5.152 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal **para** R$ 7.926,38, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, correspondente a 7.926 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Consequentemente, os acionistas decidem por alterar a redação do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "***Artigo 4º.*** *O capital social subscrito é de R$ 7.926,38, representado por 7.926 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.* ***§1º.*** *O capital social integralizado é nesta data de R$ 7.926,38.* ***§2º.*** *A Companhia poderá emitir debêntures, inclusive conversíveis em ações, e ações, subordinadas às normas legais e regulamentares vigentes*". **(ii),** aprovar a alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia, que passará a ter, no mínimo, 5 membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de 2 anos, admitida a reeleição. Consequentemente, os acionistas decidem alterar a redação do artigo 11º, caput, do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "***Artigo 11º.*** *O Conselho de Administração será composto por, no mínimo, 5 membros efetivos, com igual número de suplentes, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral de Acionistas para um mandato de 2 anos, admitida a reeleição. Os membros efetivos desse Conselho de Administração escolherão, entre eles, e conforme Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia, o Presidente do Conselho, que terá mandato de no máximo 2 anos contados da data da respectiva eleição como conselheiro, pelo voto dos próprios integrantes do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração da Companhia não terá voto de desempate*". **(iii),** ato contínuo, aprovar a eleição dos Srs.: **(A)** Marcelo Lucon, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, advogado, RG nº 22.696.881-9 SSP-SP, CPF/ME nº 165.931.848-37, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, CEP 04.547-005; **(B)** Marcello Guidotti, italiano, casado em regime de comunhão parcial de bens, economista, RNE nº V369292-I, permanente e válido até 16/02/2026, CPF/ME nº 837.310.750-91, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, CEP 04.547-005; **(C)** Nicolò Caffo, italiano, casado, engenheiro, RNE nº G435689-V, CPF/ME nº 240.960.258-44, residente e domiciliado em São Paulo/SP, com escritório na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, conjuntos 31/32, Vila Olímpia, CEP 04.547-005; **(D)** Mauro Oliveira Dias, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 28.855.146-8 DIC/RJ, CPF/ME nº 820.424.547-53, residente e domiciliado em São Paulo/SP, e com escritório na mesma cidade, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edifício Pedro Mariz - Birmann 31, Itaim Bibi, CEP 04538-132; e **(E)** Danillo de Matos Marcondes, brasileiro, casado, engenheiro, RG nº 29.557.015-5 SSP/SP, CPF/ME nº 218.755.068-02, residente e domiciliado em São Paulo/SP, e com escritório na mesma cidade, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edifício Pedro Mariz - Birmann 31, Itaim Bibi, CEP 04538-132, para os cargos de membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 2 anos, permanecendo no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros do Conselho de Administração a serem eleitos, permitida a reeleição, na forma dos termos de posse assinados pelos membros eleitos e arquivados na sede da Companhia, observado que os cargos dos membros suplentes do Conselho de Administração da Companhia permanecerão vagos até ulterior deliberação. **(iv),** aprovar a alteração do valor dos atos ou contratos, cuja assinatura dependerá de prévia aprovação do Conselho de Administração que, doravante, passará dos atuais R$5.000.000,00 para R$1.000.000,00. Consequentemente, os acionistas decidem alterar a redação do artigo 13º, II, do Estatuto Social da Companhia, o qual passará a vigorar com a seguinte nova redação: "*(II) aprovar:* ***(a)*** *o Plano de Negócios e o Orçamento Anual, se aplicável, consistente no detalhamento das premissas e/ou investimentos previstos para o desenvolvimento das operações da Companhia, a cada 5 anos e anualmente, respectivamente;* ***(b)*** *atos ou contratos que, cumulativamente (i) impliquem obrigação (efetiva ou potencial), transferência ou renúncia de direitos ou bens para a Companhia, (ii) não estejam previstos e sejam incompatíveis com o Orçamento Anual ou no Plano de Negócios, e (iii) cujo valor, individual ou agregado com atos ou contratos da mesma natureza, seja superior a R$ 1.000.000,00;* ***(c)*** *a contratação de financiamentos, empréstimos, despesas de capital, oneração de ativos e/ou outras garantias, observado as limitações contidas no Acordo de Acionistas;* ***(d)*** *prática de ato gratuito, pela Companhia, em relação a quaisquer bens ou direitos exceto pela venda de equipamentos no curso normal dos negócios ou por doações que estejam previstas no Plano de Negócios e/ou no Orçamento Anual;* ***(e)*** *relatórios de acompanhamento do Plano de Negócios da Companhia;* ***(f)*** *a política de pessoal, inclusive remuneração e participação nos resultados, bem como o plano de previdência privada, assegurando a sua conformidade com as definições corporativas adotadas pela controladora;* ***(g)*** *o Regimento Interno, assegurando a sua conformidade com o Estatuto Social da Companhia;* ***(h)*** *pedidos de reequilíbrio contratual, proposição de ações judiciais contra o poder concedente da concessão titularizada pela Companhia relacionado ao respectivo Contrato de Concessão;* ***(i)*** *alterações do Contrato de Concessão, desde que não sejam modificações ordinárias;* ***(j)*** *a representação da Companhia em licitações públicas;* ***(k)*** *a instituição financeira depositária das ações e demais valores mobiliários escriturais de emissão da Companhia; e* ***(l)*** *o Código de Ética da Companhia*". **(v)** aprovar a adequação das disposições do Estatuto Social da Companhia para refletir as deliberações acima, bem como implementar outras alterações que os acionistas julgam convenientes, o qual passa a vigorar com a redação prevista no Estatuto Social Consolidado, que é o Anexo II da presente ata, autenticado pela Mesa e que será arquivado na sede da Companhia. **(vi)**, os acionistas autorizaram os diretores da Companhia a tomar todas e quaisquer providências para formalizar as deliberações acima, bem como a publicar a presente ata na forma de extrato conforme §3º do artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lida, aprovada e assinada pelos acionistas. O Presidente determinou que fosse lavrada a presente ata na forma sumária. São Paulo, 06/08/2021. **Acionistas**: Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (representada por Marcello Guidotti e Marcelo Lucon) e GLP X Participações S.A. (representada por Mauro Oliveira Dias e Danillo de Matos Marcondes). Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: Marcelo Lucon - Presidente, Marcello Guidotti - Secretário. JUCES nº 427.724/21-1 em 27/08/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAÇATUBA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Araçatuba, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Licitação e Contratos, torna público, por determinação do Senhor Prefeito, o Sr. DILADOR BORGES DAMASCENO, para conhecimento das empresas interessadas, observada a necessária qualificação, que está promovendo, a seguinte licitação de MENOR PREÇO POR ITEM na modalidade PREGÃO PRESENCIAL:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 069/2021 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2021
PROCESSO Nº 1.419/2021

OBJETO: REGISTRO FORMAL DE PREÇOS PARA EVENTUAIS E FUTURAS AQUISIÇÕES DE MASSA ASFÁLTICA E ESTABILIZANTE SÓLIDO.

Os envelopes "PROPOSTA DE PREÇOS" e "HABILITAÇÃO" serão recebidos até às 09h00min do dia 20 de setembro de 2021, na sala de licitações - Paço Municipal, sito à Rua Coelho Neto, 73 – Araçatuba – SP.

Caso o(s) item(s) referentes à "COTA RESERVADA", tornem-se FRACASSADO ou DESERTO, e a Licitação seja repetida para o MERCADO GERAL, poderão participar todas as empresas que satisfaçam todas as exigências do Edital e da Lei Federal Nº 8.666/93 e Lei Federal Nº 10.520/2002.

O Edital será disponibilizado gratuitamente através do site: www.aracatuba.sp.gov.br.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DLC, Araçatuba, 02 de setembro de 2021.
ANA CAROLINA DOS REIS - DIVISÃO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acha-se aberto na Prefeitura do Município de Bragança Paulista o seguinte certame licitatório: PREGÃO PRESENCIAL N° 199/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE KITS ESCOLARES - DATA DA ABERTURA: 23.09.2021 AS 14:30 HORAS. O edital está disponível no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 02 de Setembro de 2021. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.

Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Árabe

CNPJ 45.880.556/0001-58 - **Edital de Convocação de AGO**

O Sr. Presidente, na forma estatutária, convoca os Associados da **Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Árabe** a reunirem-se por VIDEO CONFERÊNCIA em **AGO** às 15:00 horas do dia **03/nov/2021** com a presença de metade e mais um dos Sócios e em 2ª convocação com qualquer número de Associados presentes, às 16:00 horas, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do dia**: Eleição da Diretoria e dos membros dos Conselhos Consultivo e Fiscal para o biênio 2022/2023. **Informações Gerais:** Os documentos e informações relativos às matérias ordinárias a serem discutidas na AGO ora convocada encontram-se à disposição dos interessados na sede social da ABCCA. São Paulo, 03 de Setembro de 2021. Rodrigo Forte – Presidente

Jereissati Participações S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/ME n° 60.543.816/0001-93 - NIRE n° 35.300.027.248

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas da Jereissati Participações S.A. ("Jereissati" ou "Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") a se realizar no dia 1° de outubro de 2021, às 14:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na cidade e Estado de São Paulo, na Rua Angelina Maffei, n° 200, 9° andar, Jardim Europa, CEP 01455-070, para deliberar as matérias constantes da seguinte ordem do dia: 1) Aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia, para criação de ações preferenciais, com direito a voto em determinadas matérias, detalhadas no Estatuto Social da Companhia, e direito a dividendos ou outros proventos distribuídos em valores equivalentes a 3 (três) vezes aqueles a que farão jus as ações ordinárias, além de outras vantagens descritas no Estatuto Social; 2) Aprovar a conversão voluntária das ações ordinárias de emissão da Jereissati em ações preferenciais, na proporção de 3 (três) ações ordinárias para cada ação preferencial; 3) Aprovar a adesão da Companhia ao segmento especial de listagem do Nível 1 da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão; 4) Aprovar a criação de programa de units, sendo que cada unit será composta por 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Jereissati; 5) Ratificar a nomeação e contratação da Meden Consultoria Empresarial Ltda. para preparar o laudo de avaliação das ações de emissão da Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. ("IESC") a serem incorporadas pela Companhia ("Laudo de Avaliação"); 6 Discutir e aprovar o Laudo de Avaliação; 7) Aprovar o Protocolo e Justificação de Incorporação das Ações de Emissão da IESC pela Companhia; 8) Aprovar a incorporação das ações de emissão da IESC pela Companhia; 9) Aprovar o aumento do capital social a ser subscrito e integralizado pelos administradores da IESC, em favor dos seus acionistas, com a alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia; 10) Aprovar a alteração da denominação social da Companhia para "Iguatemi S.A."; 11) Aprovar a ampla reforma do Estatuto Social para (i) conferir vantagens e direitos às ações preferenciais e ordinárias na forma do item 6 do Fato Relevante divulgado em 07 de junho de 2021; e (ii) adesão a práticas constantes do Regulamento do Novo Mercado, alteração da estrutura geral da administração e outros mecanismos que reforçam o compromisso com a governança corporativa. ***Informações Gerais:*** • O acionista poderá comparecer pessoalmente, por meio de procurador devidamente constituído, ou via boletim de voto a distância, sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam do boletim e do Manual do Acionistas ("Manual"). • A Companhia informa que o boletim de voto a distância já está à disposição dos senhores acionistas no site da Companhia, bem como o Manual sobre os procedimentos para a participação na AGE e que contém detalhes sobre os temas a serem deliberados. • Considerando as atuais orientações do Ministério da Saúde e do Governo do Estado de São Paulo para a prevenção e enfrentamento do Coronavírus (COVID-19), e visando a segurança de seus acionistas, a Companhia sugere que, em sendo possível, se dê preferência à utilização do boletim de voto a distância para participação na AGE ora convocada, principalmente por meio do seu envio aos prestadores de serviços aptos a coletar e transmitir instruções de preenchimento do boletim (custodiante ou escriturador), dada a maior simplicidade de tal procedimento. • O acionista que desejar poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM n° 481"), enviando o correspondente boletim de voto a distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes do item 12.2 do Formulário de Referência da Companhia. • Os acionistas participantes da Custódia Fungível de Ações Nominativas da Bolsa de Valores de São Paulo - B3 que desejarem participar da AGE deverão apresentar extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente. • Solicita-se que, na medida do possível, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na AGE a que se refere o presente edital sejam depositados, com firma reconhecida, na sede da Companhia, no Departamento de Relações com Investidores, até o dia 28 de setembro de 2021 ou enviados ao endereço eletrônico lbertolini@gj.com.br. • Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGE e os demais previstos nas Instruções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") foram apresentados à CVM, por meio do Sistema de Informações Periódicas e Eventuais (IPE), nos termos do art. 6º da Instrução CVM nº 481, e disponibilizados aos acionistas na sede social da Companhia, no seu site de Relações com Investidores (www.jereissati.com.br) e nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br). São Paulo, 31 de agosto de 2021. Carlos Francisco Ribeiro Jereissati - **Presidente do Conselho de Administração.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

LICITAÇÃO NÃO DIFERENCIADA
EDITAL Nº 142/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 25.029/2021
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 128/2021
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO HOSPITALAR ENM CARATER DE LONGA PERMANENCIA, ESPECIALIZADA EM ATENDIMENTO DE DOENÇAS MENTAIS GRAVES E PERSISTENTES COM NECESSIDADES ESPECIAIS.
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: dia às 20/09/2021 às 14:00 horas

O Edital e seus anexos poderão ser adquiridos sem custo no site da Prefeitura Municipal de Limeira: www.limeira.sp.gov.br ou mediante a gravação em mídia, desta forma o interessado deve comparecer com mídia gravável no Departamento de Gestão de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Limeira, no horário das 9h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira, na Rua Dr. Alberto Ferreira, nº 179 – Centro ou ainda mediante o recolhimento da taxa de R$ 0,30 (trinta centavos) por folha de acordo com o Decreto Municipal nº 464 de 30 de dezembro de 2020.

Limeira, 02 de setembro de 2021
Departamento de Gestão de Suprimentos

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUBATÉ

PREGÃO ELETRÔNICO

A Prefeitura Municipal de Taubaté informa que se acha aberto o pregão eletrônico abaixo, junto ao respectivo Departamento de Compras. Maiores informações pelo telefone (0xx12) 3621.6022, ou à Avenida Tiradentes nº520 - Centro, Taubaté SP CEP 12030.180, mesma localidade, das 08hs às 12hs e das 14hs às 18hs, sendo R$ 38,20 (Trinta e oito reais e vinte centavos) o custo de cada edital, para retirada na Prefeitura. O edital também estará disponível sem custos, pelo site desta Municipalidade, www.taubate.sp.gov.br, e pela plataforma eletrônica do ComprasBR www.comprasbr.com.br.

Pregão eletrônico Nº 212/21, que cuida do registro de preços para eventual fornecimento de kit lanche, por um período de 12 meses, improrrogáveis, com encerramento dia 21.09.21 às 08h30. A sessão pública ocorrerá no seguinte endereço eletrônico: www.comprasbr.com.br

PMT, aos 02.09.2021.
JOSÉ ANTONIO SAUD JÚNIOR - Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA

PUBLICIDADE DOS PROCESSOS DE LICITAÇÃO

***** AVISO DE LICITAÇÃO *****

Encontram-se abertos no Depto. de Licitações e Contratos, sito na Av. N. Sra. do Bom Sucesso, n° 1400, Bairro Alto do Cardoso:

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº 140/2021 (PMP 7222/2021)
Para "aquisição de papel sulfite A4", com recebimento das propostas até dia 20/09/2021, às 14h e abertura das propostas para análise às 14h01.

Todos os editais estarão disponíveis no site www.pindamonhangaba.sp.gov.br (e também https://www.bbmnetlicitacoes.com.br para pregões eletrônicos). Maiores informações no endereço acima das 8h às 17h ou através do tel.: (12) 3644-5600.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUZANO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA ABERTA JUNTO AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES:

Nº: 002/2021 – **OBJETO:** ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS MUNICIPAIS – **ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DE ENVELOPES:** 08 de outubro de 2021 às 09:10h – **ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DO JULGAMENTO:** 08 de outubro de 2021, às 09:30h, na Rua Baruel, nº 501, térreo, sala de licitações, Centro, Suzano-SP.

CINTIA RENATA LIRA DA SILVA - Secretária Municipal de Administração.

Os Editais e seus anexos estarão disponíveis no site www.suzano.sp.gov.br. Eventuais dúvidas pelo telefone (11) 4745-2191.

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA ABERTO JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Nº: 002/2021/SME - **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO DA AGRICULTURA FAMILIAR, CONFORME LEI 11.947/2009, ATUALIZADA PELA LEI 13.987/2020 E RESOLUÇÃO/FNDE/CD 06, DE 08 DE MAIO DE 2020 **- RECEBIMENTO DOS ENVELOPES:** até 27 de setembro de 2021, às 16:00h, junto ao Setor de Alimentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Rodrigo Antônio, 831, Vila Figueira – Suzano/SP. **ABERTURA DOS ENVELOPES E INÍCIO DO JULGAMENTO:** 29 de setembro de 2021, às 09:00 horas, na Rua Baruel, nº 501, térreo, sala de licitações, Centro, Suzano-SP. Eventuais esclarecimentos pelo telefone (11) 4749-4356/(11) 4743-2033.

LEANDRO BASSINI – Secretário Municipal de Educação

Empresa de Tecnologia da Informação e Comunicação do Município de São Paulo - PRODAM-SP S/A

CNPJ nº 43.076.702/0001-61 - NIRE MATRIZ nº 35300036824

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08.005/2021 – SEI Nº 7010.2020/0006654-3
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA COM MANUTENÇÃO CORRETIVA, MANUTENÇÃO PREVENTIVA, INSTALAÇÕES, DESINSTALAÇÕES, REMANEJAMENTOS E EXECUÇÃO DE PROJETOS EM REDE DE TELEFONIA, LÓGICA E ELÉTRICA, COMPREENDENDO, AINDA, O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS GPON (GIGABIT PASSIVE OPTICAL NETWORK), PARA A ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES.

A Pregoeira designada informa que ENCONTRA-SE ABERTO na **EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PRODAM-SP S/A.** o processo em referência. **O encaminhamento da Proposta de Preços deverá ser feito a partir da divulgação até às 10 horas do dia 17/09/2021, no site www.comprasnet.gov.br, sendo a sessão de abertura das propostas às 10 horas do mesmo dia.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VINHEDO

Estado de São Paulo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº: 042/2021 – 2ª VERSÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 4.156/2021. SECRETARIA REQUISITANTE: Secretaria Municipal de Transportes e Defesa Social.**OBJETO:** Contratação de empresa de engenharia para fiscalização eletrônica de trânsito, com fornecimento de equipamentos, materiais e mão de obra, conforme especificações do edital e seus anexos. **TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO GLOBAL. **VISITA TÉCNICA (OBRIGATÓRIA):** Entre os dias 03/09/2021 até o dia 17/09/2021, ou seja, até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública, mediante prévio agendamento junto a Secretaria Municipal de Transportes e Defesa Social, através do telefone (19) 3826-7699. **DATA/HORA CREDENCIAMENTO DOS REPRESENTANTES DAS EMPRESAS INTERESSADAS:** até o dia 20/09/2021 entre 8h30 e 09:00 horas. **DATA/HORA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, COM RECEBIMENTO DOS ENVELOPES COM "PROPOSTAS DE PREÇOS" E "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO":** dia 20/09/2021, às 09:00 horas. **LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO:** Sala de Licitações situada na Avenida Presidente Castelo Branco, nº 1.375, Bairro Jardim São Matheus, na cidade de Vinhedo/SP, Anfiteatro do Centro Médico Dr. Manoel Matheus Neto. **LOCAL PARA CONSULTA E FORNECIMENTO DO EDITAL:** O edital na íntegra será fornecido aos interessados a partir de 03/09/2021, na Secretaria Municipal de Administração, Paço Municipal, na Rua Humberto Pescarini, nº 330, bairro Centro, Vinhedo (SP), CEP 13.280-085, no horário das 11 às 16 horas, de segunda a sexta-feira, mediante o pagamento do valor da pasta ou, gratuitamente, por meio do site www.vinhedo.sp.gov.br. **VALOR DA PASTA:** R$ 5,00 (cinco reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - Acham-se abertos na Prefeitura do Município de Bragança Paulista os seguintes certames licitatórios: PREGÃO PRESENCIAL N° 195/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES DE PROCESSAMENTO AUDITIVO CENTRAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. DATA DA ABERTURA: 21.09.2021 AS 09:30 HORAS. PREGÃO PRESENCIAL N° 196/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS USADOS PARA PINTURA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE SERVIÇOS, DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DE SAÚDE, E DE DESENVOLVIMENTO DOS AGRONEGÓCIOS. DATA DA ABERTURA: 22.09.2021 AS 09:30 HORAS. PREGÃO PRESENCIAL N° 197/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE FRIOS PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS. DATA DA ABERTURA: 22.09.2021 AS 14:30 HORAS. PREGÃO PRESENCIAL N° 198/2021 - OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CAMA, MESA E BANHO PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL. DATA DA ABERTURA: 23.09.2021 AS 09:30 HORAS. Os editais estão disponíveis no Balcão da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado, à Avenida Antônio Pires Pimentel, nº 2.015, Centro, em dias úteis das 09h00 às 16h00 e no site http:\\braganca.sp.gov.br (Portal do Cidadão). Bragança Paulista, 02 de Setembro de 2021. MARCEL BENEDITO DE GODOI - Chefe da Divisão de Licitação, Compras e Almoxarifado.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1004078-49.2016.8.26.0005. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional V - São Miguel Paulista, Estado de São Paulo, Dr(a). LUCILIA ALCIONE PRATA, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) **LAZIONE INÁCIO DA SILVA JÚNIOR**, Brasileiro, Solteiro, Policial Militar, RG 302547666, CPF 213.754.018-58, com endereço à Rua Inacio Batista de Faria, 230, Balneario Mar Azul, CEP 11666-770, Caraguatatuba - SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de COOP ECON E CRED MUTUO DOS POLICIAIS MILITARES E SERVIDORES DA SECRETARIA DOS NEGOCIOS DA SEGURANCA PUBLICA DO ESP, alegando em síntese: Cobrança do valor de R$ 13.243,41 representada pela nota promissória vencida em 01/06/2015. Encontrando-se a executada em lugar incerto e não sabido foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para o pagamento integral do débito no prazo de 03 dias ou no prazo de 15 dias oferecer embargos à execução podendo no mesmo prazo firmar pedido de parcelamento do débito mediante reconhecimento da dívida e depósito judicial de 30% do valor da execução, incidente também sobre custas e honorários e pagamento do saldo de 70% em seis parcelas mensais, corrigidas monetariamente e acrescida de juros de mora de 1% ao mês (art. 916, CPC). Não havendo manifestação nos autos , a executada será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 09 de junho de 2021.

Delegados se inquietam com proposta que dá 'superpoderes' ao diretor-geral da PF

Os delegados de Polícia Federal estão inquietos com o substitutivo da reforma administrativa apresentado terça-feira, 31, pelo deputado Arthur Oliveira Maia (DEM-BA).

A proposta prevê o benefício do foro privilegiado ao diretor-geral da PF e, na avaliação de delegados ouvidos pelo Estadão, "fragiliza" policiais que estão na direção de inquéritos sensíveis e de interesse do Palácio do Planalto.

A preocupação se dá em razão de o substitutivo prever que "os inquéritos policiais serão conduzidos por delegados integrantes da carreira nele referida, designados pelo Diretor-Geral". Os delegados temem que a redação estabeleça a possibilidade de o chefe da corporação escolher o delegado que vai conduzir determinada investigação. "[O texto] cria uma espécie de Delegado 'ad hoc' para cada caso, escolhido sem critérios objetivos", alerta Tania Prado, presidente da Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal e do sindicato paulista da classe. Atualmente, a distribuição das investigações é feita de acordo com o tema da apuração, que é repassada a um delegado da área correspondente, sem que haja a possibilidade de escolha de quem irá presidir determinado inquérito.

De acordo com a delegada Tania Prado, o texto prevê que a atuação do delegado da PF passe a ser uma "função que pode ser retirada", o que viola os princípios da impessoalidade e da probidade na Administração Pública.

"Claramente tais propostas de mudanças no texto constitucional representam grave retrocesso, na contramão do estabelecido na lei 12.830/2013 e do princípio do delegado natural. Enquanto isso, infelizmente propostas de emenda à constituição para fortalecimento do órgão, com previsão de autonomia funcional, administrativa e financeira da PF e para mandato de Diretor-Geral, com lista tríplice, estão paradas há anos no Congresso Nacional", diz a delegada. Na mesma linha, o delegado Edvandir Paiva, da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal avalia que a proposta de mudança no artigo 144 da Constituição, que dispõe sobre o trabalho da Polícia Federal, parece deixar o diretor-geral da corporação como alguém que vai escolher quem conduz a investigação: "Isso não é algo republicano, não funciona em nenhum órgão".

"No Judiciário, há uma distribuição eletrônica; no Ministério Público, há uma distribuição por matéria ou por local; na Polícia Federal também é por matéria ou por local. Uma matéria sobre eleitoral vai pra área eleitoral, onde tem os delegados especialistas que concorrem a essa distribuição. Não faz o menor sentido colocar um dispositivo pra que o diretor-geral, que é o representante da polícia mas é um cargo político, de nomeação política, seja responsável por fazer distribuição de inquérito na Polícia Federal", completa o chefe da ADPF.

O delegado diz que a proposta foi feita 'do dia pra noite', sem nenhuma conversa com a classe. A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal convocou uma assembleia geral extraordinária para esta quinta-feira, 2, para discutir como agir com relação ao substitutivo.

Diferentes atores 'simulam a lógica de uma escalada nuclear', diz Guedes

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que diferentes atores do País muitas vezes "simulam a lógica de uma escalada nuclear", referindo-se aos embates na arena política, mas ressaltou que em algum momento é preciso "acalmar tudo" e "trabalhar porque o Brasil precisa disso". Ele também admitiu que às vezes o presidente da República, Jair Bolsonaro, reage "não tão bem" às críticas que recebe, mas citou o "estilo pessoal" do chefe do Executivo.

"Tem gente de todo lado fazendo bagunça e tem gente de todo lado tentando acalmar, fazer a coisa amansar. Eu confio na democracia brasileira, eu confio em todos os atores que estão bem intencionados. Às vezes um ator, para se defender, fala um pouco mais alto, aí o outro do lado de lá fala mais alto também... simulam a lógica de uma escalada nuclear: bota mais arma aqui, o outro ali, o outro ali, mas no fundo em algum momento tem que parar e falar olha, parar por aqui, vamos acalmar tudo, vamos trabalhar porque o Brasil precisa disso", afirmou Guedes durante evento promovido pela Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo.

Durante o evento, o ministro citou diversas vezes o "barulho" das instituições e classificou como uma "demarcação de território", mas afirmou que os resultados das interações entre os poderes estão saindo. Ele mencionou como exemplo a solução vinda do Judiciário para o "meteoro" dos precatórios, como são chamadas as dívidas judiciais, que está em negociação com o Supremo Tribunal Federal (STF), Congresso Nacional e Tribunal de Contas da União (TCU).

"Pode ter muita briga política, mas estamos trabalhando", disse Guedes. "Toda vez que a crise se agudizou, todo mundo do colaborou (para resolver)", acrescentou, reafirmando seu "voto de confiança" no Congresso e também no empresariado. Nos últimos dias, entidades de diversos setores, incluindo a Federação Brasileira de Bancos (Febraban), elaboraram um manifesto pedindo "serenidade" diante do acirramento de ânimos entre os poderes. O agronegócio também endossou a crítica.

Família de ex-mulher de Bolsonaro apareceu em vários momentos na apuração contra Flávio

A família de Ana Cristina, cuja relação com Bolsonaro envolveu transações imobiliárias que chamaram a atenção do Ministério Público, apareceu em vários momentos da investigação contra Flávio. Ficou fora da primeira denúncia do caso, mas ainda há desdobramentos das apurações em poder do Ministério Público do Rio.

Já as pessoas ligadas a Queiroz, que chegou a ser preso por tentar fugir das investigações, são Claudionor Gerbatim de Lima e Márcio da Silva Gerbatim. Eles são, respectivamente, sobrinho da atual mulher de Fabrício Queiroz e ex-marido dela. Ambos tiveram o sigilo quebrado nas apurações envolvendo Flávio, em abril de 2019. Em junho daquele ano, o Estadão revelou que os dois nunca tiveram emitidos crachás funcionais na Câmara Municipal enquanto estiveram nomeados por Carlos. Isso reforça a tese de que seriam "fantasmas".

Empregado como motorista pelo vereador entre abril de 2008 e abril de 2010, Márcio foi nomeado logo depois como assessor-adjunto no gabinete de Flávio na Assembleia Legislativa, onde ficou até maio de 2011.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

EDITAIS DE CASAMENTOS

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
32º SUBDISTRITO DE
CAPELA DO SOCORRO
MARÍLIA PATU REBELLO PINHO
Oficial Titular
Faz saber que pretendem se casar e apresentam os documentos exigidos por lei

Conversão de União Estável em Casamento: João Iranildo Marcos dos Anjos, estado civil solteiro, profissão isolador, nascido em Tupanatinga, PE no dia oito de abril de mil novecentos e oitenta e cinco (08/04/1985), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Benedito Marcos dos Anjos e de Francisca Marcos dos Anjos. Rosana Pereira da Silva, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia treze de novembro de mil novecentos e oitenta e quatro (13/11/1984), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Paulo Humberto da Silva e de Maria de Fátima Pereira de Jesus Silva.

Igor Marques da Silva, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em São Paulo, SP no dia dezesseis de julho de dois mil e um (16/07/2001), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Roberto Marques da Silva e de Maria José da Silva. Sara Gomes Figueiredo Mota, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Rio Branco, AC no dia quinze de fevereiro de dois mil e um (15/02/2001), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Carlos Nikson Figueiredo Mota e de Valdilene Gomes da Silva.

Aldair Santos Souza, estado civil solteiro, profissão frentista, nascido em Itambé, BA no dia quatorze de fevereiro de mil novecentos e noventa e quatro (14/02/1994), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Conrado de Souza e de Maria Ines Santos Sousa. Marcia Caroline Luiz do Nascimento, estado civil solteira, profissão auxiliar de enfermagem, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e seis de julho de mil novecentos e oitenta e um (26/07/1981), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Esequiel Pereira do Nascimento e de Maria José de Jesus Luiz.

Wellington Oliveira Portela, estado civil solteiro, profissão recepcionista, nascido em São Paulo, SP no dia dois de abril de mil novecentos e noventa e três (02/04/1993), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Gerson Coimbra Portela e de Maria Helena Alves de Oliveira. Natalia de Paula Guedes, estado civil solteira, profissão operador de tele atendimento, nascida em São Paulo, SP no dia quatro de abril de mil novecentos e noventa e cinco (04/04/1995), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Joaquim de Pinho Guedes e de Maria José de Paula.

Alisson Pereira da Silva, estado civil solteiro, profissão motoboy, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e um de julho de mil novecentos e noventa e oito (21/07/1998), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Alessandro Arcelino da Silva e de Geisa Ferreira Pereira. Pamela Braga de Morais, estado civil solteira, profissão operadora de caixa, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e seis de abril de dois mil (26/04/2000), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Manoel Aureliano de Morais e de Vania Gonçalves Braga de Morais.

Herbert Ferreira Mendonça, estado civil solteiro, profissão analista de suporte técnico, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e noventa e oito (27/11/1998), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Alberto Luis Mendonça e de Shirley Ferreira Mendonça. Nayara Silva Freitas, estado civil solteira, profissão auxiliar administrativo, nascida em São Paulo, SP no dia quatro de junho de mil novecentos e noventa e nove (04/06/1999), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Neritonio Francisco de Freitas e de Ivaneide Rabelo Silva Freitas.

Alejandro Prado Pereira do Rosario, estado civil solteiro, profissão produção, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e um de maio de mil novecentos e noventa e dois (21/05/1992), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Adenildo Pereira do Rosario e de Maria José do Prado. Bruna Rodrigues Silva, estado civil solteira, profissão auxiliar de farmácia, nascida em Diadema, SP no dia vinte e oito de agosto de mil novecentos e noventa e cinco (28/08/1995), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Edson Manoel da Silva e de Wagna Soares Rodrigues.

Marco Aurélio Borges da Silva, estado civil solteiro, profissão analise de sistemas, nascido em São Paulo, SP no dia vinte e sete de novembro de mil novecentos e setenta e seis (27/11/1976), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Sebastião Rodrigues da Silva e de Edilamar Borges da Silva. Elaine Figueiredo, estado civil solteira, profissão empresária, nascida em São Paulo, SP no dia seis de junho de mil novecentos e setenta e nove (06/06/1979), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Antonio Manoel Figueiredo e de Luzia Lima da Silva Figueiredo.

Emidio Santana de Jesus Júnior, estado civil solteiro, profissão motorista, nascido em Ipiaú, BA no dia vinte e seis de setembro de mil novecentos e setenta e dois (26/09/1972), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Emidio Santana de Jesus e de Anita Amparo dos Santos. Maria Aparecida Souza Araujo, estado civil solteira, profissão vigilante, nascida em Itagibá, BA no dia onze de janeiro de mil novecentos e setenta e dois (11/01/1972), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Eusebio Araujo e de Clarice Silva Souza.

Wallison Santos de Oliveira, estado civil solteiro, profissão técnico de obras civis, nascido em São Paulo, SP no dia sete de abril de mil novecentos e noventa e três (07/04/1993), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Jose Laercio Villar de Oliveira e de Edileuza Alves dos Santos. Caroline Novais dos Santos, estado civil solteira, profissão vendedora, nascida em São Paulo, SP no dia seis de fevereiro de mil novecentos e noventa e oito (06/02/1998), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Joel Martins dos Santos e de Iranete Balbina Alcantara Novais.

Rodrigo Fagundes Cardoso, estado civil solteiro, profissão porteiro, nascido em Rio de Janeiro, RJ no dia vinte e um de outubro de mil novecentos e noventa (21/10/1990), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Eva Aparecida Cardoso. Ana Carolina Gomes Alves dos Santos, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia quatro de setembro de mil novecentos e noventa e sete (04/09/1997), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Silmario Alves dos Santos e de Ana Gomes dos Santos.

Marcos Andre Santos Ribeiro, estado civil solteiro, profissão sub encarregado, nascido em São Paulo, SP no dia trinta e um de março de mil novecentos e noventa e três (31/03/1993), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Eudasio Alves Ribeiro e de Jocileide Raimunda dos Santos Ribeiro. Ellen Franccini Amorim, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e noventa e cinco (27/10/1995), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Elizabeth Nuccia Amorim.

Lucas Fidelis do Nascimento, estado civil solteiro, profissão garçom, nascido em Diadema, SP no dia vinte e um de agosto de mil novecentos e noventa e quatro (21/08/1994), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Raimundo Correia do Nascimento e de Roselene Aparecida Fidelis. Daniela Sena do Nascimento, estado civil solteira, profissão auxiliar confeiteira, nascida em São Paulo, SP no dia vinte de maio de mil novecentos e noventa e seis (20/05/1996), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Vitorio de Jesus Nascimento e de Valdicelia Sena de Oliveira.

Conversão de União Estável em Casamento: Max Oliveira dos Santos, estado civil solteiro, profissão técnico eletrônico, nascido em São Paulo, SP no dia dezessete de dezembro de mil novecentos e noventa e quatro (17/12/1994), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Irani Oliveira dos Santos. Gerlyana Thaisa Oliveira da Silva, estado civil solteira, profissão auxiliar administrativo, nascida em Solânea, PB no dia quinze de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove (15/12/1989), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Geraldo Pereira da Silva e de Ana Maria Oliveira da Silva.

Conversão de União Estável em Casamento: Antonio Adriagiley da Silva de Souza, estado civil solteiro, profissão motorista, nascido em Fortaleza, CE no dia trinta de abril de mil novecentos e oitenta (30/04/1980), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Antonio Soares de Souza e de Regina Célia da Silva de Souza. Paloma Monique Araújo Rocha, estado civil solteira, profissão auxiliar administrativo, nascida em São Paulo, SP no dia nove de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove (09/12/1989), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de José Rodrigues Rocha e de Maria de Lourdes Araujo.

Conversão de União Estável em Casamento: Anderson Vicente da Silva, estado civil solteiro, profissão motorista, nascido em Jaboatão dos Guararapes, PE no dia nove de março de mil novecentos e oitenta (09/03/1980), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Severino Vicente da Silva e de Ana Glaudia da Silva. Michele Alves da Silva, estado civil solteira, profissão professora, nascida em São Paulo, SP no dia dois de agosto de mil novecentos e oitenta e três (02/08/1983), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Roberto Vanderlei da Silva e de Marilene Alves da Silva.

Joel Santos da Mota, estado civil solteiro, profissão cuidador, nascido em Gloria do Dourado, MS no dia vinte e oito de março de mil novecentos e sessenta e sete (28/03/1967), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Juvenilia Martilia da Mota. Jeane Andrade Nascimento, estado civil solteira, profissão manicure, nascida em Ibirataia, BA no dia oito de outubro de mil novecentos e oitenta e sete (08/10/1987), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Everaldo Souza Nascimento e de Elenita de Jesus Andrade.

Conversão de União Estável em Casamento: Levi Felipe dos Santos, estado civil solteiro, profissão expedição I, nascido em Palmares, PE no dia vinte e cinco de julho de mil novecentos e noventa e nove (25/07/1999), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Ailson Santos de Oliveira e de Fernanda Felipe dos Santos Oliveira. Lara Cyndel da Silva Pereira, estado civil solteira, profissão auxiliar técnica de vida e saúde, nascida em Ipatinga, BA no dia onze de fevereiro de mil novecentos e noventa e nove (11/02/1999), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Edvaldo Pereira Leite e de Acácia Lúcia da Silva.

Evair Durães Torres, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em Curimatá, PI no dia quinze de agosto de mil novecentos e noventa e cinco (15/08/1995), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Valterdes Torres Gama e de Eliane dos Santos Durães. Vitoria Larissa Sousa Lima, estado civil solteira, profissão vendedora, nascida em São Paulo, SP no dia onze de setembro de mil novecentos e noventa e oito (11/09/1998), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Julemar Alves de Lima e de Maria Gorete Sousa Soares.

Conversão de União Estável em Casamento: Fábio Pereira da Silva, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em Paulo Jacinto, AL no dia trinta de julho de mil novecentos e setenta e cinco (30/07/1975), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Maria José Pereira. Ana Paula Ribeiro dos Santos, estado civil divorciada, profissão do lar, nascida em Guarulhos, SP no dia vinte e oito de janeiro de mil novecentos e setenta e oito (28/01/1978), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Paulo Ribeiro dos Santos e de Marly Campos dos Santos.

Miqueias de Queiroz Santos, estado civil solteiro, profissão controlador de acesso, nascido em São Paulo, SP no dia doze de junho de dois mil (12/06/2000), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Roberto Vicente dos Santos e de Maria Joseneide de Queiroz Santos. Rebeca Cabral Rodrigues, estado civil solteira, profissão do lar, nascida em Jequié, BA no dia vinte e três de abril de mil novecentos e noventa e quatro (23/04/1994), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Idenildo dos Santos Rodrigues e de Rita de Cássia Cabral Rodrigues.

Cicero Lucena Silva, estado civil solteiro, profissão autônomo, nascido em Bezerros, PE no dia vinte e sete de outubro de mil novecentos e setenta e cinco (27/10/1975), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Oliveiro Lucena da Silva e de Maria de Lourdes Apolonia da Conceição. Suzana Silva de Carvalho, estado civil divorciada, profissão costureira, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e um de novembro de mil novecentos e setenta e seis (21/11/1976), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Hercilio de Carvalho e de Eunice Silva de Carvalho.

Conversão de União Estável em Casamento: Anderson de Assis Moreira, estado civil solteiro, profissão auxiliar de operações em tesouraria, nascido em São Paulo, SP no dia cinco de maio de mil novecentos e oitenta e um (05/05/1981), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Airton Moreira e de Angela Maria de Assis Moreira. Daniela Freitas de Oliveira, estado civil solteira, profissão operadora de caixa, nascida em São Paulo, SP no dia seis de outubro de mil novecentos e oitenta e um (06/10/1981), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Josue Cosmo de Oliveira e de Maria das Dores Freitas.

Ricardo de Siqueira Gonçalves, estado civil divorciado, profissão comerciante, nascido em São Paulo, SP no dia quatro de novembro de mil novecentos e setenta e seis (04/11/1976), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Raimundo Gonçalves Viana e de Luzia Ferreira de Siqueira. Débora Cristina Lopes, estado civil divorciada, profissão contadora, nascida em São Paulo, SP no dia vinte e nove de setembro de mil novecentos e setenta e seis (29/09/1976), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Pedro Antonio Lopes e de Penha Trindade Lopes

Luiz Carlos Benevides Moura, estado civil divorciado, profissão taxista, nascido em Monte Santo, BA no dia nove de fevereiro de mil novecentos e setenta e dois (09/02/1972), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de José Benevides Sobrinho e de Teresinha Moura. Edneide Ferreira da Silva, estado civil divorciada, profissão auxiliar de produção, nascida em Itiúba, BA no dia cinco de agosto de mil novecentos e sessenta e oito (05/08/1968), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Eduardo Ferreira da Silva e de Hildete Dias Ferreira.

Conversão de União Estável em Casamento: Genivaldo Santos Silva, estado civil solteiro, profissão auxiliar de limpeza, nascido em Jequié, BA no dia treze de dezembro de mil novecentos e setenta (13/12/1970), residente e domiciliado em São Paulo, SP, filho de Hermano da Silva e de Ilda Maria Santos. Rosemeri Jorge Lopes, estado civil solteira, profissão auxiliar de limpeza, nascida em Lafayette Coutinho, BA no dia dezesseis de junho de mil novecentos e setenta e sete (16/06/1977), residente e domiciliada em São Paulo, SP, filha de Euzebio Jorge Lopes e de Maria Novais dos Santos.

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL
DISTRITO DE
ERMELINO MATARAZZO
Maria Beatriz Lima Furlan
OFICIAL
Faz saber que pretendem se casar e apresentam os documentos exigidos por lei

ANDRE LUIZ DE SOUZA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 18/09/1979, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Aparecido Luiz de Souza e de Enedina Franzon de Souza.- LUCIMARA CRISTINA ADÃO, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 17/12/1982, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Eva Maria Adão.

GILMAR PEREIRA DO LAGO, divorciado, natural de São Paulo-SP, nascido em 19/11/1972, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Gildasio Muniz do Lago e de Eliane Pereira do Lago.- VANESSA MARTINS, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 27/07/1987, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Francisca de Assis Martins.

LEANDRO DE OLIVEIRA, divorciado, natural de Florianópolis-SC, nascido em 07/04/1983, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Terezinha Justino de Oliveira.- AIANE LETICIA COSTA DO CARMO, solteira, natural de Belém-PA, nascida em 25/12/1990, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Lazara Adriana Costa do Carmo.

MARCOS HENRIQUE DA SILVA CAVALHIERO, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 18/01/1998, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Marcio Cavalhiero e de Marcia Fatima da Silva.- GABRIELA SOUZA DE LIMA, solteira, natural de Santo André-SP, nascida em 28/12/1997, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Rogerio Barrense de Lima e de Ilza Maria de Souza.

ALAN DA SILVA LEAL, divorciado, natural de São Paulo-SP, nascido em 06/10/1979, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Salvador da Silva Leal e de Francisca Domingas da Silva.- JOSEANE CORDEIRO RODRIGUES, divorciada, natural de Tacaimbo-PE, nascida em 06/07/1983, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de José Edvaldo Rodrigues e de Clara Cordeiro Rodrigues.

REGINALDO BEN HUR FERREIRA SANTOS, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 21/05/1998, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Reginaldo Santos e de Mariangela Aparecida Ferreira Santos.- NATHANY LEME DOS SANTOS, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 29/08/1998, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Laércio Borges Dos Santos e de Ninfa Leme Borges Dos Santos.

VICTOR HUGO BRUNHARA, solteiro, natural de Santo André-SP, nascido em 05/12/1992, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Francisco Brunhara e de Selma Alves Dos Anjos Brunhara.- ROSIANE FELIX VERISSIMO DA SILVA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 09/11/1999, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Rogerio Verissimo da Silva e de Rosana Adelaide Felix.

ARIEL CONTI MARQUES AGOSTINHO, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 24/01/1995, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Alexandre Marques Agostinho e de Lidia Maria Conti Agostinho.- FERNANDA VETZCOSKI VIEIRA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 18/11/1997, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Jose Angelo Vieira e de Cassia Regina Vetzcoski.

GABRIEL DE OLIVEIRA PLUMARI SILVA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 28/01/1997, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Sandro Luiz Plumari da Silva e de Patricia Souza Rodrigues de Oliveira.- EVELLIN GARCIA DA SILVA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 08/12/2002, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Luciano Bezerra de Araujo da Silva e de Janaina Garcia Araujo da Silva.

RENAN MORAES LIMA, solteiro, natural de Francisco Morato-SP, nascido em 08/10/1994, residente em Franco da Rocha-SP, distrito de Parque Montreal. Filho de Giomar Moraes Lima e de Maria Rosa de Lima.- JESSICA JEANE OLIVEIRA FREITAS, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 13/01/1995, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Jose Milton de Freitas e de Elizabete Batista Oliveira Freitas.

GUILHERME CABRAL DE SOUZA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 16/11/2002, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Ronaldo Ferreira de Souza e de Rosangela Cabral de Souza.- JENIFFER FLOR DE OLIVEIRA DE BEM, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 12/04/2001, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de João Manoel de Bem e de Dalva Flor de Oliveira de Bem.

RAFAEL MATOS, solteiro, natural de Santo André-SP, nascido em 02/12/1985, residente em Santo André-SP, distrito de Jardim Santo Antonio. Filho de Delio Afonso de Matos e de Jurema Cutri de Matos.- RAPHAELA MENDONÇA MAIA, solteira, natural de Guarulhos-SP, nascida em 19/07/1984, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de José Valentim Maia e de Maria de Lourdes Mendonça Maia.

ANDERSON ROSA DA SILVA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 12/03/1989, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Anselmo Rosa da Silva e de Cleunice Souza da Silva.- JESSICA LUDMILA PEREIRA DE JESUS, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 14/02/1998, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Jose Carlos Santos de Jesus e de Maria Das Graças Pereira.

FILIPE BARROS DE SOUZA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 16/07/1987, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Cicero Barros de Souza e de Helena Maria de Souza.- MARIENE BARBOSA FERREIRA, solteira, natural de Tasso Fragoso-MA, nascida em 27/12/2001, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Nivaldo Barbosa Ferreira e de Dacy Pereira Barbosa.

JORGE ANTONIO RAMOS, viúvo, natural de Campestre-MG, nascido em 22/02/1950, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Antonio Ilhéo Ramos e de Deolices Alves Ramos.- FATIMA DA SILVA MOTA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 30/10/1974, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Rooseveld da Silva Mota e de Josefa Alves da Silva.

ANDERSON EDER DIAS PEREIRA, viúvo, natural de São Paulo-SP, nascido em 21/02/1983, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Valdemir Pereira e de Maria da Gloria Dias Pereira.- ALHANE ANDRINI, solteira, natural de São Vicente-SP, nascida em 17/01/1987, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Claudino Andrini e de Audrey de Oliveira Andrini.

MARCELO FERNANDO COSTA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 18/06/1991, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Vera Lucia Costa.- SAMELA APARECIDA SANTOS DE ASSIS, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 09/03/1997, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Samuel Antonio de Assis e de Andreia Paula Dos Santos.

SAMUEL DA SILVA SANTOS, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 21/07/1981, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Flavio Batista Dos Santos e de Miriam da Silva Santos.- PRISCILA MORENO MIRANDA, solteira, natural de Salvador-BA, nascida em 14/04/1989, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Moisés Santana de Miranda e de Márcia Moreno Miranda.

RAFAEL HUDSON DOS SANTOS, solteiro, natural de Salvador-BA, nascido em 30/06/1991, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Luiz Batista Dos Santos e de Nanci de Jesus.- JEANE DE MOURA JERONIMO, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 11/08/1995, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Jose Jeronimo Filho e de Aldenice Maria de Moura.

LEANDRO DE ALMEIDA SILVA, divorciado, natural de São Paulo-SP, nascido em 07/10/1981, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Daniel Pereira da Silva e de Maria José de Almeida Silva.- ALECSANDRA APARECIDA DOS SANTOS, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 15/01/1982, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Jurandir Dos Santos e de Francisca Rosa Dos Santos.

OSVAIR JOSE DE OLIVEIRA, divorciado, natural de São Paulo-SP, nascido em 03/10/1966, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Osvaldo Jose de Oliveira e de Lidia de Oliveira.- CLEONICE PEREIRA DOS SANTOS, divorciada, natural de Itaju do Colonia-BA, nascida em 08/02/1974, residente em Itaquaquecetuba-SP, distrito de Jardim do Vale. Filha de João Pereira Dos Santos e de Izabel Das Flores.

MICHEL RENÊ GAZZI MORGADO, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 25/04/1988, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Alberto Francisco Morgado e de Maria de Fátima Gazzi Morgado.- VICTORIA ALMEIDA SILVA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 23/02/1995, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de João Nunes da Silva Filho e de Hilda de Almeida Silva.

JONATTA CRISTIAN LOURENÇO DE MELO, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 22/12/1992, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Cristiano Lourenço de Melo e de Joselma Maria da Silva Melo.- OLGA REINAUX FREITAS, solteira, natural de Palmares-PE, nascida em 27/03/1996, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Julio Reinaux Freitas da Silva e de Silvania Maria de Melo.

ANDRE ARANTES RODRIGUES DOS SANTOS, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 09/10/1995, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Haroldo Wilson Rodrigues Dos Santos e de Queila Cristina Arantes.- MARYÉLLEN GUIMARÃES NOVAIS, solteira, natural de Brotas de Macaúbas-BA, nascida em 21/02/1998, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Ubiratan Pereira de Novais e de Maria Lima Guimarães Novais.

JEFFERSON DA SILVA RAGO, divorciado, natural de São Paulo-SP, nascido em 31/12/1990, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Juracy Soares Dos Santos e de Maria de Lourdes da Silva.- MAIARA DOS SANTOS ARAUJO, solteira, natural de Aracatu-BA, nascida em 27/03/1989, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Jairton Silva Araujo e de Ilda Rosa Dos Santos Araujo.

BRUNO ALMEIDA SANTOS PEREIRA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 07/12/1991, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de José Carlos Pereira e de Elenice Almeida Santos Pereira.- KARINE ARAUJO DE OLIVEIRA, solteira, natural de Osasco-SP, nascida em 07/02/1994, residente em Osasco-SP, distrito de Jardim Baronesa. Filha de José Gildasio de Oliveira e de Iva Maria Araujo de Oliveira.

ALEXSANDRO DE ANDRADE PEREIRA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 29/12/1987, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de João Batista Damascena Pereira e de Maria de Lourdes de Andrade Pereira.- ELOISA CARVALHO MARQUES SILVA, solteira, natural de Francisco Morato-SP, nascida em 19/05/1992, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Antonio Marques da Silva e de Sueli Carvalho da Silva

EDUARDO SADAO OGUSUKU, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 06/07/1992, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Roberto Massao Ogusuku e de Célia Keiko Nishida Ogusuku.- KALINI DO NASCIMENTO CAVALCANTI, solteira, natural de Patos-PB, nascida em 15/04/1991, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Sivanildo Cavalcanti de Almeida e de Avani do Nascimento Cavalcanti.

EMERSON FERNADES DE SOUZA, solteiro, natural de Barra do Garças-MT, nascido em 10/10/1975, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Claudimar Fernandes Lourenço e de Maria Madalena Lopes de Souza.- DANIELE CRISTINA INOCENCIO, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 12/09/1986, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Regina Celia Inocencio.

MARCELO SILVA COSTA, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 30/04/1969, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Bernabé Costa e de Marta Aparecida da Silva Cost.- NA MARIA ENÉAS, solteira, natural de Pariquera-açu-SP, nascida em 06/07/1971, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Sales Eneas e de Maria Jose Ferreira Enéas.

ERIK DOUGLAS DEL BUSSO DE LIMA, solteiro, natural de Guarulhos-SP, nascido em 10/12/1994, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Ednelson Silvano de Lima e de Adriana Aparecida Del Busso de Lima.- THAMIRES DALECIO, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 07/09/1991, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Laudenir Carlos Dalecio e de Adriana Tinoco Thomaz Dalecio.

DANIEL LUCAS MENEGUELLI, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 20/03/1990, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Eraldo Gonzaga Borges e de Luciana Aparecida Meneguelli.- MARIA ALAINE CAVALCANTE SANTOS, solteira, natural de Arapiraca-AL, nascida em 17/05/1985, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de José Domingos Justino Dos Santos e de Maria Edileuza Cavalcante Santos.

UANDERSON DOS REIS, solteiro, natural de São Paulo-SP, nascido em 15/05/1977, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filho de Miguel Dos Reis e de Cecilia Maria Dos Reis.- TAÍS DA PAIXÃO SILVA, solteira, natural de São Paulo-SP, nascida em 08/04/1982, residente em São Paulo-SP, distrito de Ermelino Matarazzo. Filha de Lourival Borges da Silva Filho e de Tania Maria da Paixão Silva.

THIAGO VASCONCELOS SÃO FELIX, nascido n/ Capital, SP, aos 02/07/1990, bancário, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Washington São Felix e Gildete Vasconcelos São Felix. FABIANE DOS SANTOS ARRUDA, nascida em São Bernardo do Campo, SP, aos 25/06/1990, farmacêutica, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jozelli de Arruda e Sandra Regina Costa dos Santos Arruda.

solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antônio Guedes de Lima e Maria José Almeida Lima. NATALIA MISSIO DE LIMA, nascida n/ Capital, Itaquera, SP, aos 05/10/1998, balconista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Joel Aparecido de Lima e Edilene da Silva Missio.

VICTOR MARCELO DE BRITO SOARES, nascido n/ Capital, Mooca, SP, aos 12/11/1999, analista, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Mauricio Soares e Viviane Cristina de Brito. HIVYLE UINE LIMA MOREIRA, nascida em Juazeiro do Norte, CE, aos 28/02/2002, analista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jarismar Moreira Leite e Rosângela Nogueira Lima Moreira.

RODRIGO CAMPOS MARTINS NEVES, nascido n/ Capital, São Miguel Paulista, SP, aos 07/10/1985, taxista, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Cristiano Chagas Neves e Edna Campos Martins Neves. MONIQUE DOS SANTOS BARRETO, nascida n/ Capital, São Miguel Paulista, SP, aos 15/05/1988, supervisora, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Vanderlei Gonçalves Barreto e Cilene dos Santos Barreto.

JONATHAN DE ALCANTARA TRINDADE, nascido em Ferraz de Vasconcelos, SP, aos 24/11/1993, carpinteiro, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Edivaldo Trindade e Rosangela de Alcantara. ELISÂNGELA CRISTINA DO AMARAL FERREIRA, nascida n/ Capital, Alto da Mooca, SP, aos 21/10/1983, professora, divorciada, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Osvaldo Jose Ferreira e Darci do Amaral Ferreira.

FELIPE SANTOS DIAS DE FIGUEIREDO, nascido n/ Capital, Consolação, SP, aos 07/10/1991, contador, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Orlando Prado de Figueiredo e Andréa Santos Dias de Figueiredo. FLAVIA PINHEIRO ALVES, nascida n/ Capital, Saúde, SP, aos 25/09/1992, bancária, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Mario Alves Junior e Valéria Conceição Pinheiro Alves.

JOÃO VITOR DE SOUZA DIAS, nascido em São Bernardo do Campo, SP, aos 11/05/1995, analista, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: João Benedito da Pontes Dias e Maria Rosa de Souza Dias. CAMILLY REIS DUTRA, nascida n/ Capital, Liberdade, SP, aos 14/05/1995, analista de qualidade, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Clodoaldo Pereira Dutra e Kate Reis Ferreira.

CARLOS ROBERTO DE SOUZA, nascido n/ Capital, SP, aos 14/04/1951, aposentado, viúvo, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Juventino José de Souza e Isabel Ismeria de Souza. DANIELA WALTEZAR, nascida n/ Capital, SP, aos 30/08/1984, operadora de caixa, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Roberto Waltezar e Elizabeth Fernandes Waltezar.

GUILHERME AUGUSTO CAMARA DE AGUIAR, nascido n/ Capital, SP, aos 04/07/1996, enfermeiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Manoel Augusto Mendes de Aguiar e Silvia Regina Camara Mendes de Aguiar. KARLA FERNANDA GONÇALVES, nascida n/ Capital, SP, aos 21/04/1995, psicóloga, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Carlos Alberto Almeida Gonçalves e Sandra Regina Prates Gonçalves.

GABRIEL VIANA DE LIMA, nascido n/ Capital, Pirituba, SP, aos 15/08/1990, professor de idiomas, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Paulo Antonio Arruda de Lima e Gilda Maria Viana de Lima. ANDRESSA DE OLIVEIRA LAGO, nascida n/ Capital, Vila Mariana, SP, aos 09/07/2000, esteticista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Manoel Francisco do Lago Neto e Dilma de Oliveira.

EDVALDO DIAS DOS SANTOS, nascido em Ibiassucê, BA, aos 09/10/1980, montador técnico de auto, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Leonidio dos Santos Fernandes e Custodia Dias dos Santos. VERENICE DE SOUSA ROSA, nascida em São José de Piranhas, PB, aos 13/10/1977, auxiliar de produção, divorciada, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: José Rosa Neto e Josefa de Sousa Rosa.

PAULO SERGIO LINO JUNIOR, nascido n/ Capital, SP, aos 16/10/1992, analista de dados, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Paulo Sérgio Lino e Sulamita Caceres Lino. REBECA DAMARIS DO NASCIMENTO, nascida n/ Capital, SP, aos 10/01/1996, artesã, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Arialbes José do Nascimento e Marcia Regina dos Santos Nascimento.

VINICIUS AFONSO DE ALMEIDA, nascido n/ Capital, SP, aos 13/01/1991, vendedor, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Nilson Nicolau de Almeida e Helena Maria Afonso de Almeida. ANA PAULA GONÇALVES VALVERDE, nascida n/ Capital, SP, aos 18/02/1993, secretária, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Edison de Campos Valverde e Diva Fantini Gonçalves Valverde.

MATHEUS PEREIRA BORBA, nascido n/ Capital, Mooca, SP, aos 19/11/1998, agente de registro, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Almir Biaggi Borba e Cristiane Pereira Borba. JULIANA FERREIRA PIMENTA, nascida n/ Capital, Guaianazes, SP, aos 28/03/1997, esteticista, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Elioenai Ferreira Pimenta e Rosemeire Temoteo de Sousa Pimenta.

RENAN CARTAGENA TERRAZAS, nascido em Bolivia, aos 01/07/1990, técnico de telecomunicações, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Benjamin Cartagena Lurici e Jennis Claudia Terrazas Gonzales. TATIANE XAVIER DE FARIAS, nascida n/ Capital, SP, aos 06/07/1983, assistente social, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Xavier de Farias e Anita Pereira de Farias.

LUIS FERNANDO BISPO DOS SANTOS, nascido em Itabaiana, SE, aos 01/12/1997, analista de sistemas, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Carlos Roberto Bispo dos Santos e Alzira Aparecida Santos. ISABELE DA SILVA DOS SANTOS, nascida em Salinópolis, PA, aos 26/12/1994, assistente de vendas, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Cleber José dos Santos e Marilda Sofia da Silva.

VINICIUS AMERICO DA SILVA, nascido n/ Capital, Tatuapé, SP, aos 06/09/1993, ajudante de confecção, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Laercio Antonio da Silva e Dalva Americo da Silva. RAFAELA SOBRINHO DA SILVA, nascida n/ Capital, SP, aos 15/12/1997, cabeleireira, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jose Antonio da Silva e Lucia Regina Sobrinho da Silva.

LUIZ CARLOS ALVES PAIM, nascido n/ Capital, SP, aos 15/12/1989, vendedor, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Maria Aparecida Alves Paim. EVELLYN RODRIGUES GOMES DA SILVA, nascida n/ Capital, SP, aos 25/09/1990, analista de qualidade, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Elisio Gomes da Silva e Damiana Silva Rodrigues.

SERGIO LUIZ NOGUEIRA DA SILVA, nascido em Belo Horizonte, MG, aos 08/01/1983, serralheiro, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Luiz Nogueira da Silva e Elza Maria de Araujo Pinto da Silva. JESSICA DE FATIMA RABELO, nascida n/ Capital, SP, aos 06/05/1988, analista de treinamento/desenvolvimento, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jose Francisco Rabelo e Dulcemira de Fatima Pozo Rabelo.

VALDOMIRO GONÇALVES PIRES FILHO, nascido n/ Capital, SP, aos 03/01/1977, chapeiro, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Valdomiro Gonçalves Pires e Tereza da Gloria Pires. MONALISA MARIA SILVA, nascida n/ Capital, SP, aos 24/10/1985, baba, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Avelino Silva e Maria Cícera da Silva.

DUAN KLEBER ROA MONTEIRO, nascido em Jardim, MS, aos 24/01/1992, ajudante geral, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Vitalino Echeverria Monteiro e Lucia Aparecida Maidana Roa. JULIANA MENEZES, nascida n/ Capital, SP, aos 05/04/1985, tatuadora, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Maria de Lourdes Menezes.

WAGNER HUMBERTO NOGUEIRA JUNIOR, nascido n/ Capital, SP, aos 26/05/1983, empresário, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Wagner Humberto Nogueira e Marisa Coutinho Camargo. LÍVIA PORTUGAL DA CONCEIÇÃO, nascida n/ Capital, SP, aos 11/04/1987, fisioterapeuta, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Sergio Esperança da Conceição Neto e Rosimeire da Silva Portugal.

EVERALDO ALVES DE SIQUEIRA, nascido em Itapetim, PE, aos 27/07/1962, comerciante, divorciado, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Inacio Alves de Siqueira e Juberlita Pereira de Souto. ANA PAULA SOUZA DA SILVA, nascida n/ Capital, SP, aos 11/03/1984, operadora de caixa, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Autenor Severino da Silva e Margarida Eugenia Souza da Silva.

LUIS RODRIGUES FELICIANO, nascido n/ Capital, SP, aos 07/02/1977, ajudante de pedreiro, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Primo Feliciano e Josefa Rodrigues Feliciano. MARIA DE LOURDES VILAR, nascida em Santa Luzia, PB, aos 19/06/1967, do lar, divorciada, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Jose Alves Vilar e Emerentina de Medeiros Vilar.

AILTON MENDES DE AGOSTINHO, nascido em Palmares, PE , aos 05/06/1943, funcionário público aposentado, viúvo, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Mendes de Agostinho e Maria Madalena de Agostinho. MARINITA FERREIRA DA SILVA, nascida n/ Capital, SP, aos 11/10/1958, costureira, divorciada, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: João Ferreira da Silva e Adalgisa Lima da Silva.

GABRIEL TADASHI TAKAHASHI, nascido n/ Capital, SP, aos 05/12/1995, designer, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Roberto Kenithi Chida e Midori Takahashi Chida. ALINE DA SILVA MENDES, nascida n/ Capital, SP, aos 29/06/1997, designer, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Antonio Souza Mendes e Lueci Rosa da Silva Mendes.

WELLINGTON SANTANA SIQUEIRA, nascido n/ Capital, Itaquera, SP, aos 15/02/1997, vendedor, solteiro, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Odair de Jesus Siqueira e Maria Claudia Santana. GISELE FRANÇA DOS SANTOS, nascida em Suzano, SP, aos 27/04/2000, vendedora, solteira, residente e domiciliado, neste subdistrito, Filiação: Marcia Felipe França dos Santos e Jose França dos Santos.

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676

Certificado por IBICT- Centro Brasileiro do ISSN de nº 2675-6676